

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**JULIA MARIA GOMES E CARVALHO**

**ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REDE DE  
COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS DO VALE DO PARAÍBA - ESTADO DE SÃO  
PAULO**

**SÃO PAULO  
2013**

JULIA MARIA GOMES E CARVALHO

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REDE DE COOPERATIVAS  
DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO VALE DO PARAÍBA -  
ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM)  
da Universidade de São Paulo para a obtenção  
do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cecília  
Loschiavo dos Santos

Versão Corrigida

(Versão corrigida disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO  
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Carvalho, Julia Maria Gomes.

Estudo sobre o processo de formação da rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo./ Julia Maria Gomes Carvalho; orientadora : Maria Cecília Loschiavo dos Santos. – São Paulo, 2013.

101f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental ) – Universidade de São Paulo

1. Resíduos sólidos . 2. Catadores. 3. Cooperativas - reciclagem. I. Título

CARVALHO, Julia Maria Gomes

Estudo sobre o processo de formação da rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM)  
da Universidade de São Paulo para a obtenção  
do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Aos catadores de materiais recicláveis, que todos os dias lutam por melhores condições de vida e por um planeta possível às futuras gerações.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço meu marido Dalcio e à minha família por todo o suporte e paciência.

À Professora Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, minha orientadora, pela paciência, compreensão, apoio e ensinamentos cruciais neste processo.

À todas as pessoas que me ajudaram nesta pesquisa: os membros da rede CATAVALE; a assistente social da prefeitura de São José dos Campos, Maria do Carmo Fuga; o Professor Nemízo Antônio de Souza; e os representantes de governo das cidades envolvidas.

Àos professores Dr. Wagner Ribeiro Costa, Dr. Luis Carlos Beduschi Filho, e a Dra. Sylmara Francelino Lopes Gonçalves-Dias, pelas sugestões e leituras.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, pela ajuda, paciência e apoio.

## RESUMO

CARVALHO, Julia Maria Gomes. **Estudo sobre o processo de formação da rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo**, 2013.101f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O presente trabalho mapeou o processo de formação da Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, localizada no estado de São Paulo e denominada de Rede CATAVALE. A relevância do tema se constitui a partir da problemática ambiental causada pela geração cada vez maior de resíduos sólidos, e da necessidade de uma gestão integrada e sustentável destes resíduos; além de por fim no ano de 2010 ter sido decretada e aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Na PNRS, um dos enfoques ao tratamento dos resíduos é o processo da reciclagem. O processo da reciclagem tem como primeiro passo a coleta seletiva. No Brasil a coleta seletiva de materiais recicláveis se dá em sua maioria através do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Desta forma, a participação dos catadores torna-se crucial no processo da reciclagem, e logo a necessidade de que estes estejam cada vez mais organizados, a fim de propiciar uma efetiva gestão dos resíduos sólidos urbanos. Logo, entende-se que a compreensão da dinâmica de formação de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis é importante, pois serve de exemplo a possíveis proposições de políticas públicas vinculadas a gestão de resíduos e nos processos de inclusão e emancipação social. O trabalho realiza tal análise baseado nos conceitos de desenvolvimento local integrado, sustentável, cooperativismo e no conceito de trabalho em rede.

Palavras - chave: resíduos; catadores; rede; cooperativas.

## ABSTRACT

CARVALHO, Julia Maria Gomes. **Study about the constitution process of scavengers' cooperatives network in the Paraíba Valley – São Paulo State**, 2013.101f. Thesis Master's Dissertation – Graduate Program of Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This study mapped the constitution process of the Recyclable Materials Cooperatives of Scavengers in the Vale do Paraíba, São Paulo, Brazil. CATAVALE. The relevance of the subject is constituted from the environmental problems caused by the increasing generation of solid waste; the need for an integrated and sustainable management of these waste; and because in 2010 it has been enacted and approved the National Policy on Waste Solids (PNRS). In the PNRS one of the approaches to the treatment of waste is put it through the process of recycling. The first step of the process of recycling is the selective collection. In Brazil the selective collection of recyclable materials occurs mostly through the work of the recyclable materials pickers. Thus the participation of the pickers becomes crucial in the process of recycling, and so the need that they get organized in order to provide an effective management of municipal solid waste. Therefore, it is understood that the comprehension of the dynamics of the construction of a scavengers' cooperatives network is relevant, because it could be an example to possible propositions of public policies related to waste management, social inclusion and emancipation. The paper makes such an analysis based on the concepts of integrated and sustainable local development, cooperativism, and network labor.

Key – words: waste; recyclable material pickers; cooperative; network



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lixo .....	25
Figura 2 – Lixão .....	28
Figura 3 – Sistema de Aterro Sanitário .....	29
Figura 4 – A cadeia produtiva da reciclagem .....	32
Figura 5 – Estrutura do mercado de sucatas de papel no município de São Paulo .....	35
Figura 6 – Mapa do estado de São Paulo com indicação da localização da região do Vale do Paraíba .....	44
Figura 7 – Mapa da região do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira e suas respectivas cidades.....	45
Figura 8 – Mapa da localização das cooperativas da rede CATAVALE .....	49
Figura 9 – <i>Container</i> utilizado para a coleta de recicláveis em Guaratinguetá.....	54
Figura 10 – Fotografia em uma das reuniões de formação da rede CATAVALE .....	65

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Municípios com coleta seletiva no Brasil..... 31

Gráfico 2 – Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil..... 34

Gráfico 3 – População brasileira atendida pelo serviço de coleta seletiva (em milhões)34

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Algumas doenças transmitidas através dos ratos.....	28
Quadro 2 – Dados das cooperativas membro da rede CATAVALE.....	58
Quadro 3- Materiais coletados e quantidade .....	62
Quadro 4 – Preço pago por quilograma de material e diferença de preço entre o mais alto e mais baixo valor comercializado .....	62
Quadro 5- simulação de total arrecadado pelos principais materiais se eles fossem vendidos em rede pelo maior preço de comercialização .....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
- ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos
- AMAR – Associação Moreira César de Artesanato e Reciclagem
- ASMARE – Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
- CBO – Código Brasileiro de Ocupações
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- GIRS – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ISO – Organização Internacional para Padronização
- MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- NBR – Norma Brasileira
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PEV – Posto de Entrega Voluntária
- PLUM – Plano de Limpeza Urbana Municipal
- PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- RI – Revolução Industrial
- RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SJC – São José dos Campos
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>PARTE 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.1 SOBRE AS TÉCNICAS DE PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1.3 RELATO ORAL .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1.3 ENTREVISTA .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO.....</b>	<b>20</b>
<b>PARTE 2 – APORTE TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO LIXO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 DO LIXO AO RESÍDUO – DILEMAS CONCEITUAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3.1 OS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REALIDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 A RECICLAGEM NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4.1 A COLETA SELETIVA PARA A RECICLAGEM.....</b>	<b>32</b>
<b>2.4.2 OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS .....</b>	<b>35</b>
<b>2.5 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O CONCEITO DE REDE.....</b>	<b>39</b>
<b>2.5.1 COOPERATIVISMO .....</b>	<b>40</b>
<b>2.5.2 O TRABALHO EM REDE .....</b>	<b>42</b>
<b>PARTE 3 – ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 A REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1.1 A QUESTÃO DOS RSU NO VALE DO PARAÍBA.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 PROCEDIMENTOS DE ESTUDO .....</b>	<b>47</b>
<b>3.3 A REDE DE COOPERATIVAS CATAVALE .....</b>	<b>48</b>
<b>3.3.1 COOPERATIVA FUTURA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3.2 COOPERATIVA SÃO VICENTE.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.3 COOPERATIVA RECICLA VIDA.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.4 COOPERATIVA MOREIRA CÉSAR RECICLA .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3.5 COOPERATIVA AMIGOS DO LIXO .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3.6 COOPERATIVA JACAREÍ RECICLA .....</b>	<b>55</b>
<b>3.3.7 COOPERATIVA ANJOS DA LIMPEZA .....</b>	<b>56</b>

<b>3.3.8 COOPERATIVA ECOVIDA .....</b>	<b>57</b>
<b>3.4 OLHARES SOBRE O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA REDE CATAVALE .....</b>	<b>58</b>
<b>PARTE 4 – CONCLUSÕES.....</b>	<b>66</b>
<b>5 - REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>84</b>

## **PARTE 1 – INTRODUÇÃO**

A população brasileira, de acordo com o censo 2010 do IBGE, é de mais de 190 milhões de habitantes, com perspectiva contínua de crescimento para os próximos anos, uma vez que em relação ao censo anterior a população cresceu cerca de 12%.

Segundo pesquisa realizada pela ABRELPE (2011), a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) brasileira em 2011 foi de 61.936.368 toneladas, aumentando 1,8% em relação ao ano anterior.

Deste modo, devido o número de resíduos gerados e seu potencial crescimento, a preocupação em torno de uma gestão sustentável destes resíduos se faz presente, fazendo com que no ano de 2010 fosse aprovada e decretada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Buscando contribuir com a gestão dos RSU no Brasil, o presente trabalho mapeou o processo de formação da Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, denominada CATAVALE.

A rede CATAVALE localiza-se no Estado de São Paulo, especificamente na região do Vale do Paraíba que por sua vez, conta com aproximadamente 2.300.000 habitantes, em uma área de cerca de 16.180.000 km<sup>2</sup>, localizando-se entre as duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo (Governo do Estado de São Paulo).

De acordo com a ABRELPE (2011), a população do estado de São Paulo produz ao dia 1,385 kilograma de resíduo por habitante, fazendo assim com que a região do Vale do Paraíba seja responsável pela produção de cerca de 1.162.707,5 toneladas de resíduos por ano, o que representa aproximadamente 2% da produção nacional de resíduos/ano.

A região do Vale do Paraíba conta com 39 municípios sendo esta a terceira região do Estado de São Paulo com o maior volume de investimentos, além de encontrar-se o parque aeroespacial brasileiro assim como também um grande centro industrial mecânico, siderúrgico e automobilístico.

A rede CATAVALE abrange 6 cidades, sendo elas: São José dos Campos, Potim, Pindamonhangaba e seu distrito de Moreira César, Guaratinguetá, Aparecida do

Norte e Jacareí. Juntas as cooperativas abrangem o total de aproximadamente 1.155.000 habitantes (IBGE, 2010), sendo este valor referente a quase 50% de toda a população e logo, também, do volume de resíduos gerados no Vale do Paraíba.

Ao analisarmos o contexto de inserção da rede, podemos observar outro elemento que corrobora com a iniciativa, elemento este apresentado pela PNRS, que ao longo de seu texto promove o desenvolvimento de iniciativas vinculadas aos catadores de materiais recicláveis, tais como cooperativas e associações.

Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. (Título III, Capítulo III, Seção II, Art. 36º, Parágrafo VI, Inciso 1º, BRASIL, 2010)

Desta forma a importância da participação dos catadores e das cooperativas no processo de gestão dos RSU é colocada, assim também como a necessidade de que estes estejam cada vez mais organizados.

Logo, entende-se que a compreensão da dinâmica de constituição legal de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis é de grande relevância, uma vez que este estudo pode auxiliar em futuras proposições de políticas públicas vinculadas tanto a gestão dos RSU, como também, inclusão e emancipação social.

## **1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quando se propõe fazer um trabalho de caráter científico, teoria, método e técnica aparecem como elementos fundamentais na construção do conhecimento científico.

No que tange as questões referentes ao fazer pesquisa, é possível destacar que, desde o pensamento positivista, objeto e método caminham sempre juntos, ou seja, não se pode tratar objeto alheio ao método e vice-versa.

Deste modo, o presente trabalho utiliza em seu processo de pesquisa diferentes técnicas metodológicas. No que tange contextualizar a dinâmica dos resíduos sólidos e a problemática ambiental utilizou-se, basicamente, de fontes secundárias, assim como também algumas fontes contidas nos meios de comunicação, principalmente na internet.



O uso da internet se deu de maneira não sistematizado, mas sim a partir do acesso diário a este tipo de mídia, disponíveis a qualquer cidadão, no período de 2010 à 2012.

Já no que se refere a compreensão e análise do processo de formação da Rede CATAVALE, foram utilizadas diferentes técnicas dispostas abaixo.

### 1.1.1 SOBRE AS TÉCNICAS DE PESQUISA

De acordo com a proposta do trabalho, a de compreender o processo de formação da Rede CATAVALE, percebeu-se a necessidade de aproximação com a realidade dos catadores e cooperados, visando compreender como se dá a rotina destes grupos, assim como suas posições diante das reuniões estabelecidas pela rede.

Para isso parte-se da perspectiva de Maffesoli (1987) no qual a construção de uma sociologia da vida cotidiana baseia-se em uma epistemologia renovada que tenha “(...) por ambição apreender a história dos vencidos de que a historiografia descurou o registro” (p.175).

O fazer pesquisa parece cada vez mais ter um discurso sobre as relações sociais construído de cima, e não um discurso construído em conjunto, intersubjetivamente. É como se a relação estivesse hierarquizada, como se ela se baseasse numa relação entre *estabelecidos* (os cientistas/ pesquisadores) e *outsiders*<sup>1</sup> (população/ objeto), onde os primeiros sabem e conhecem mais os segundos, do que eles próprios, tendo assim, maior legitimidade de agir sobre estes.

Desta forma, percebe-se o distanciamento que fora criado entre a *atitude epistemológica* e as práticas sociais efetivamente, alguns ramos da área de metodologia da pesquisa, hoje, tentam resgatar, ou melhor, reconstruir esta proximidade entre a epistemologia e a realidade das práticas sociais.

“O renascimento da etnometodologia, os balbucios da sociologia participante, os ensaios da pesquisa – ação, o desenvolvimento das histórias de vida, tudo isso assenta, sem necessariamente o dizer num certo cansaço em relação aos diversos finalismos sócio-teóricos e no reconhecimento da pregnância da sabedoria popular. Assim, ao contrário das visões

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, P. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora perspectiva, 2003.

escolásticas, que sempre existiram e tem ainda belos dias a sua frente, o tipo de investigação que desenvolvemos pretende mostrar, para retomar uma expressão de Karl Manheim, que o pensamento não está apenas limitado somente aos livros, mas tira a sua significação ‘principal das experiências da vida quotidiana..’ ou ainda dos ‘valores movediços do mundo de todos os dias’”. (MAFFESOLI, 1987, p.164).

### 1.1.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante pressupõe uma observação sistemática no qual a delimitação de um campo de investigação, tanto no tempo quanto no espaço, se faz necessário.

Após a delimitação espaço – temporal, o fenômeno que se pretende analisar deve ser pesquisado durante um período contínuo de tempo, para que assim possam ser apreendidas características do fenômeno que não sejam excepcionais ao cotidiano, mas sim intrínsecas e necessárias para a dinâmica deste.

Segundo Kluckhohn e Strodtbeck<sup>2</sup>, a observação participante

“é a coparticipação consciente e sistemática, tanto quanto as circunstâncias permitem, nas atividades comuns de um grupo de pessoas e, se necessário, nos seus interesses, sentimentos e emoções. O propósito deste método é obter dados sobre o comportamento através de contatos diretos, em situações específicas, nas quais a distorção resultante do fato de ser investigador agente estranho é reduzida ao mínimo”.(apud. NOGUEIRA, 1969, p.93)

A observação participante permite ao pesquisador que ele adentre o pensamento do grupo estudado, uma vez que ele tende a se *familiarizar* com o grupo, e fazer com que o mesmo se acostume com a sua presença. É interessante ressaltar que mesmo com esta intenção, a de estreitar cada vez mais os seus laços com o grupo, o pesquisador tende a continuar a ser um elemento estranho a este, e isto é extremamente relevante na obtenção de determinados dados, assim como afirma Kluckhohn e Strodtbeck:

---

<sup>2</sup> Kluckhohn, F. R. and Strodtbeck, F. L. with the assistance of John M. Roberts and others. Variations in value orientations. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1975.

O investigador nunca pode livrar-se inteiramente de seu papel de estranho e estou de acordo com aqueles que sustentam que não é aconselhável fazê-lo. Algumas informações extremamente valiosas são obtidas pelo estranho simplesmente porque é um estranho. (apud. NOGUEIRA, 1969, p.99)

Entretanto, apesar de a observação participante ser um método que aproxima pesquisador e práticas sociais, é notório que ela por si só não contempla todas as indagações do pesquisador, pelo contrário, na maioria das vezes ela é fundamental no que tange suscitar questões.

Desta forma, atrelado a este método devem se aliar outros métodos e técnicas de pesquisa, como por exemplo, o *diário de campo* ou *diário de pesquisa*, onde se relata o registro da observação feita, assim como apreciações e reflexões sobre a mesma.

A maior parte dos trabalhos, os quais utilizam-se da observação participante como método de pesquisa, observa-se também o uso de questionários e entrevistas como complemento na obtenção de dados sobre o objeto estudado.

No presente trabalho foi utilizada a técnica de observação participante durante as 13 reuniões realizadas pelas cooperativas, no ano de 2011. Estas reuniões tiveram o intuito de constituir a rede CATAVALE.

O uso desta técnica trouxe ao trabalho elementos que auxiliaram na compreensão e análise de atitudes e comportamentos desenvolvidos pelos participantes ao longo do período das reuniões, e que por sua vez tiveram reflexo no processo de formação da rede.

### **1.1.3 RELATO ORAL**

O relato oral é um elemento que se mostra importante no que tange a compreensão das práticas sociais, uma vez que possibilita ao pesquisador o contato direto com os sujeitos estudados. Tal prática tem de certa forma, se tornado comum às ciências sociais, principalmente no que se refere à escola denominada de *Nova História*.

(...) o ressurgimento do método dito das 'histórias de vida' pretende, quando não cai nos trilhos cientista, responder ao sentimento de impotência formulado com uma bela ludicidade por D. Bertaux: 'a verdade é que os sociólogos não sabem

grande coisa das sociedades em que vivem'. (MAFFESOLI, 1987, p.154)

Desta forma resgatando o relato oral, Lang (2001), elucida três variações deste: o depoimento oral, a história de vida, e o relato de vida.

Por depoimento oral entende-se:

A busca do pesquisador em obter um testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou participação em determinadas instituições que se quer estudar, observando-se que, nas ciências sociais, o depoimento não tem o sentido de estabelecimento da verdade, mas de conhecimento de uma versão devidamente qualificada. (LANG, 2001, p.96)

Já por história de vida:

O entrevistado é levado a contar livremente sua vida, imprimindo a narrativa suas próprias categorias, ordenamento e a seleção do que quer relatar. Há histórias de vida mais ricas ou menos, dependendo do narrador, dado que o pesquisador deveria intervir o mínimo possível. É evidente que uma vida não poderia ser inteiramente revisitada, havendo uma seleção feita pelo próprio narrador e seguramente omissões, deliberadas ou não. É necessário um tempo muito grande para coletar uma história de vida. (LANG, 2001, p.96-97)

E finalmente, por relato de vida, compreende-se este como:

Uma forma menos ampla e livre que a história de vida, dado que é solicitado ao narrador que aborde de modo mais especial determinados aspectos de sua vida, embora dando a ele total liberdade de exposição: o entrevistado sabe do interesse do pesquisador e direciona o relato para determinados tópicos. Ao optar pela obtenção deste tipo de narrativa, corre o pesquisador o risco de orientar demais o relato, em detrimento da espontaneidade. A obtenção do relato de vida exige menos tempo, possibilitando que o pesquisador recorra a coleta de vários relatos e proceda a sua comparação. (LANG, 2001, p.97)

Para qualquer um dos tipos de relato oral que o pesquisador escolha utilizar em seu trabalho, é necessário que ele esteja sempre atento a todos os detalhes antes, durante e pós a coleta dos relatos. Fatos importantes ocorrem na forma como este procedimento é apreendido, seja pelo uso do gravador, anotações usando papel e lápis, e/ ou até mesmo por relatos redigidos de memória.

Atualmente, o uso do gravador tem sido uma constante no que tange a realização de relatos orais, tanto devido ao seu caráter objetivo quanto ao empírico. Entretanto, segundo Queiroz (1991), muitas vezes o gravador é fonte de inibição por parte dos informantes, e desta forma tem-se de optar por outras possibilidades de registro. Alguns informantes preferem o uso de papel e lápis, ao uso do gravador.

Outra forma de registro, como apontado por Kominsky (1986), é o relato redigido de memória, no qual após a entrevista ocorre a redação. Contudo este procedimento fica a mercê da memória do entrevistador; o que por um lado possa parecer inconveniente, por outro aproxima pesquisador e pesquisado, podendo aquele recolher informações que perante um gravador ou papel, seriam negadas.

Na presente pesquisa privilegiou-se o uso dos relatos orais. Para tal utilizou-se um roteiro semi-orientador (ANEXO I) no qual, em determinados momentos haveriam intervenções do pesquisador para com a fala do pesquisado, pretendendo direcioná-lo ao que se pretendia investigar.

Tal técnica foi usada na obtenção de informações advindas dos cooperados, principalmente no que se referiam as suas opiniões, perspectivas e visões do processo que estava acontecendo (o processo de formação da rede, aqui resumido nas 13 reuniões realizados no ano de 2011).

Contudo, no início do processo de realização dos relatos orais, houve um inconveniente. Foi percebido pelo pesquisador que os relatos realizados mediante o uso do gravador - que consistia em uma formalização do relato para a pesquisa - inibia o informante, ou seja, as informações adquiridas via relato com o uso do gravador, era diferente daquelas fornecidas em conversas informais durante os bastidores das reuniões realizadas.

Percebido o desconforto diante do gravador e das informações que poderiam ser omitidas mediante o uso deste recurso, optou-se pela utilização do relato redigido de memória, uma técnica que não exige o uso do gravador e torna o relato mais pessoal.

#### **1.1.4 ENTREVISTA**

A técnica da entrevista assimila-se com a técnica do interrogatório. É necessária a confecção anterior de um roteiro que contemple os dados que se pretende obter. Aconselha-se que seja feito um pré – teste deste roteiro com o intuito de identificar possíveis problemas e falhas neste procedimento.

Deste modo como qualquer técnica científica, a neutralidade é algo sempre questionável. A entrevista, por sua vez, pode sofrer influência de ambas as partes participantes (pesquisador – pesquisado), como explana Nogueira (1969):

A situação em que se desenvolve a entrevista é, em si mesma, uma situação social em que o entrevistador e o entrevistado interagem, isto é, influenciam um ao outro, não apenas através das palavras que pronunciam mas também pela inflexão da voz, gestos, expressão fisionômica, modo de olhar, aparência e demais traços pessoais e manifestações de comportamento. (NOGUEIRA, 1969, p. 111)

No presente trabalho, o uso de entrevistas ocorreu na obtenção de dados por meio das instituições empresariais apoiadoras, representantes dos governos locais (prefeituras), e alguns cooperados cuja posição era de liderança, a fim de obter dados mais concretos e técnicos referentes a cada cooperativa em questão (ANEXOII).

Os próximos capítulos pretendem expressar o dinamismo com o qual foram utilizados os diversos métodos e técnicas explanados, tendo como pressuposto para tal a concepção de que cada ser/ objeto é singular.

#### **1.2 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO**

O presente estudo se apresenta dividido em quatro partes:

- I. Introdução: onde será apresentada justificativa, relevância do tema e metodologia de pesquisa;
- II. Aporte teórico: onde se discorrerá sobre os conceitos abordados ao longo do trabalho;
- III. Estudo de caso: nesta etapa apresentará a pesquisa sobre o processo de formação da Rede CATAVALE;

IV. E por fim as considerações finais do trabalho.

## PARTE 2 – APORTE TEÓRICO

### 2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO LIXO

Historicamente, a produção do lixo aparece como inerente a atividade humana, segundo Galbiati (2005) em um ambiente natural não há geração de lixo, pois tudo o que é gerado é absorvido pelo próprio ambiente, sendo que o acúmulo do lixo e a incapacidade deste de ser absorvida pelo sistema natural é algo observado apenas na sociedade humana.

Figueiredo (1995), faz o exercício de descrever uma possível história do lixo. Assim sendo, recuperando o período Paleolítico o autor destaca a característica nômade do homem, o qual se utilizava do seu meio ambiente apenas para as necessidades de sobrevivência alimentar, através da coleta, sendo então, neste momento, que “*a presença do homem parece se confundir com a dos demais animais, no que diz respeito ao meio ambiente*” (p.86), fazendo com que o possível lixo gerado fosse naturalmente absorvido pelo sistema natural. Contudo no período Neolítico a interferência do homem em seu meio começa a ser mais enfática, aperfeiçoando suas técnicas de sobrevivência; cultivo do solo e a cria animais - gerando um processo de sedentarização, que ao longo do tempo se aprofundaria devido ao aprimoramento das técnicas.

O *sucesso* da revolução neolítica, caracterizada pelo desenvolvimento progressivo das atividades agrícolas e pastoris, foi responsável pela significativa multiplicação da espécie humana neste período. As pesquisas arqueológicas revelam um alto crescimento populacional neste período, além de melhoras significativas nas condições de vida do homem e do aumento da expectativa de vida. Desta forma, a revolução neolítica motivou o aumento das concentrações humanas culminando, com o surgimento das primeiras cidades. Nestes conglomerados urbanos *primitivos*, com populações de ordem de 1500 a 2000 habitantes, já se observava o desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas, como o artesanato e o comércio, caracterizando assim um modo de vida distinto do modo rural. O aparecimento dos primeiros aglomerados urbanos implicou em profundas alterações nas relações sociais e na necessidade de produção de alimentos para o abastecimento destas comunidades. Dentre as criações e inovações técnicas do neolítico, destacam-se a invenção da roda e a descoberta da



cerâmica, sendo esta última de fundamental importância com relação à questão ambiental, já que representa a primeira transformação físico – química de elementos naturais, realizada de forma consciente pelo homem, gerando elementos *artificiais*. (FIGUEIREDO, 1995, p.87-88)

Deste modo é possível perceber que o período Neolítico abre portas para um processo de desenvolvimento técnico contínuo a toda a vida humana.

O avanço tecnológico e o aumento do processo de urbanização na Idade Média já apresentavam uma relação problemática do homem com o seu lixo. Figueiredo (1995) ainda expõe tal situação demonstrando que devido às condições de saneamento básico precário, apareceria na Europa a peste bubônica, que ressurgiria no século XIV, atrelada a proliferação de ratos entre outros animais peçonhentos, que por sua vez estariam presentes no lixo localizado no ambiente urbano das cidades.

Segundo Paixão<sup>3</sup> (apud. SOBRINHO, 2001, p.16):

É com a Revolução Industrial e o avanço do capitalismo, que a produção residual toma rumo diferente, principalmente pela forma como esse sistema econômico vai medir a relação homem-meio. Nesse sentido, a natureza passa a significar, ao mesmo tempo, fonte infindável de matéria-prima e, cada vez mais, receptáculo incondicional de dejetos. A exploração dos recursos não – renováveis acentuou ainda mais tal temática, em razão geométrica, proporcional aos interesses do grande capital.

Destarte, é com a emergência da lógica de produção capitalista que a quantidade de lixo gerada passa a ser cada vez maior, e assim esta problemática se evidencia a medida do crescimento e ampliação dos centros urbanos, que por concentrarem indústrias e logo trabalho, provocam grandes migrações para as cidades, concentrando um grande número de pessoas em um mesmo local, e assim acumulando o lixo gerado pelos mesmos (LINO, 2011, p102).

Contudo, antes do advento das indústrias do início do século XX, a maior parte da produção do lixo era de caráter orgânico, que apesar de ainda causar incômodo devido ao cheiro e a disseminação de animais como ratos, baratas, entre outros, degrada-se

---

<sup>3</sup> PAIXÃO, R.O. O lixo urbano de Aquidauana: diagnóstico, aspectos não técnicos e medidas mitigatórias. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São PAULO, 1999.

mais rapidamente no ambiente, fazendo deste um problema não tão grave como se percebe atualmente. (BORBA e OTERO, 2009; LINO, 2011).

No século XX, principalmente no pós-guerra, há uma grande mudança de comportamento e nos hábitos de consumo, intensifica-se o consumo de massa e amplia-se a utilização de embalagens e de materiais plásticos descartáveis, fazendo com que o lixo mude de característica, isto é, deixe de ser em sua maior parte orgânico, acumulando-se cada vez mais nos centros urbanos. (BORBA e OTERO, 2009; LINO, 2011).

## 2.2 DO LIXO AO RESÍDUO – DILEMAS CONCEITUAIS

O lixo, na maioria das vezes, é considerado, segundo Ribeiro e Lima (2000), como aquilo que não se quer mais, e então é colocado para fora de casa, ou seja, o lixo é algo com o qual não se quer mais ter contato.

O lixo, tal como outros termos lingüísticos, apresenta diversas variações de sentido tangendo a situação sócio-cultural do indivíduo que terá contato com este. Tal termo lingüístico é definido, segundo o dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008), como “(...) tudo o que não têm mais serventia, refugo, resto; coisas sujas, sujeiras, porcarias; aquilo que não se dá valor, coisa ruim de má qualidade” (p.793). Logo, a partir de tal definição, fica claro detectar as possíveis variações de conteúdo material que o lixo pode ter, isto é, muitas vezes o que perde a utilidade para alguém ainda é considerado útil para outrem, deste modo o lixo se apresenta como uma construção social advindo tanto das experiências vividas como também do campo<sup>4</sup> no qual se encontrará o indivíduo produtor deste.

Segundo PORTILHO (s/d), os conceitos e significados que dirigem a vida do homem são dotados de subjetividade e conseqüentemente de sentido, fazendo com que estes se apresentem de diversas formas, mas construindo um todo coerente, uma vez que parte-se do pressuposto de que a realidade é múltipla, e de que a forma como então, nossa realidade é construída, é tanto um exercício coletivo quanto individual.

Deste modo, buscando elucidar a variação de conteúdo e significado do lixo, destacamos do trabalho de PORTILHO (apud. cit) três falas sobre o que viria a ser lixo

---

<sup>4</sup> Campo aqui considerado como o *locus*, o espaço onde o agente social se movimenta, segundo a teoria de Pierre Bourdieu.

segundo três categorias profissionais, a do engenheiro, do gari e do catador de materiais recicláveis:

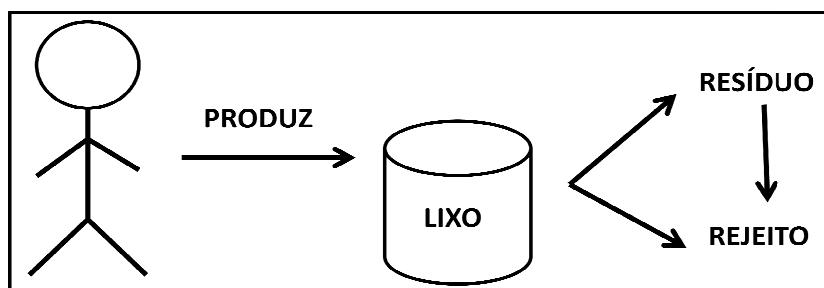
(...) não sei se serviria para alguma outra pessoa, mas para mim é lixo. Na medida que não serve para mim é lixo. – Engenheiro.

(...) Lixo é meu sustento, né [risos]. O meu e o de muita gente... é o que mantém o gari (...) por que se acabar o lixo a gente ta tudo na rua né (...) – Gari.

(...) Lixo... é a mesma coisa que fosse meu sustento, meu trabalho, entendeu (...) é tudo o que vocês joga fora e vem pro lixo da cidade (...) papelão...alumínio, plásticos, sucata...arquivo geral, então que dizer não é lixo, entendeu (...) - Catador.

A partir das falas podemos concluir que o lixo se diferencia para cada um dos agentes, o que demonstra a pluralidade de concepções a cerca do conteúdo material do mesmo, na fala do engenheiro lixo é o que não é mais útil para o mesmo, enquanto na fala o catador fica clara a necessidade do mesmo em elucidar que materiais recicláveis não são lixo.

Deste modo, com o intuito de elucidar distinções de conteúdo entre termos, a atual Política Nacional de Resíduos Sólidos Brasileira (PNRS), lei 12.305 de agosto de 2010, esclarece o conteúdo do lixo dividindo-o em dois termos, os resíduos e os rejeitos. A figura abaixo elucida a distinção:



**Figura 1 – Lixo**  
Elaboração: (autor)

No dicionário Aurélio (1995) o termo resíduo se apresenta como “(...) aquilo que resta de qualquer substância; resto; o resíduo que sofreu alteração de qualquer agente exterior por processos mecânicos, químicos, físicos, etc. (...)” (p.566); o termo é também definido pela ABNT – Associação de Normas e Técnicas, como “material desprovido de utilidade pelo seu possuidor” (Normas brasileiras Registradas – NBR 12.980, 1993, item 3.84, p.5).

A PNRS, logo por se tratar da regulamentação dos resíduos em estado sólido, define este como sendo:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento em rede pública de esgoto ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (Título I, Cap.II, Art. 3º, Parágrafo XVI, BRASIL, 2010).

A mesma política (PNRS) inclui também em seu texto o termo rejeito, definido pelo dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008) como “ato ou efeito de rejeitar; substância não reutilizada (...)” (p.1097). Tal terminologia é também definida, por sua vez, no texto da PNRS como:

resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada (Título I, Cap.II, Art.3º, Parágrafo XV, BRASIL, 2010).

Deste modo, através da elucidação dos termos o presente trabalho foi desenvolvido através da categoria de resíduos sólidos, assim como definidos na PNRS, porém atendo-se a um segmento destes resíduos, os materiais recicláveis - “são materiais recicláveis aqueles que após sofrerem uma transformação física ou química

podem ser reutilizados no mercado, seja sob a forma original ou como matéria-prima de outros materiais para finalidades diversas”<sup>5</sup>.

## 2.3 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Segundo dados da ONU (2010), estima-se que no ano de 2020 a população mundial atinja o número de oito milhões de habitantes, em sua maioria, vivendo em ambiente urbano. Atrelado a este dado outro elemento chama atenção; cada pessoa, ao longo da vida, gera em média 25 toneladas de lixo, “uma montanha de restos de comida, papel, plástico, vidro, etc” (ABREU, 2001, p.17).

Deste modo, mediante os dados, é possível destacar a tamanha problemática que a geração de resíduos causa ao ambiente natural, pois o que se apresenta é um número de resíduos cada vez maior sem uma gestão adequada dos mesmos.

Logo a questão do tratamento dado aos resíduos é algo extremamente delicado que tem sido pauta de diversas discussões em dimensões globais (ZIGLIO, 2012), uma vez que seu manejo errado pode acarretar problemas ligados não só ao meio ambiente, mas também e diretamente, a saúde pública.

Algumas das formas com as quais se pode lidar com a problemática da destinação e do tratamento dos resíduos sólidos são citadas abaixo:

**Lixões:** local onde o lixo é depositado a céu aberto. Geralmente estes locais encontram-se distante do centro urbano das cidades, assim como também afastado de bairros onde residem as classes A e B (RIBEIRO e LIMA, 2000). Nestes locais o chorume<sup>6</sup> penetra com maior facilidade no solo, contaminando águas subterrâneas, rios, provocando gases que geram explosões e fogo, entre outras intempéries. Nestes locais proliferam ratos, baratas, moscas, e pessoas que vivem da catação de materiais a serem reaproveitados. A atual PNRS determina a extinção deste tipo de destinação até o ano de 2014.

---

<sup>5</sup> <http://www.ib.usp.br/coletaseletiva/saudecoletiva/reciclaveis.htm>. Acesso em: 10/04/2012.

<sup>6</sup> “Líquido produzido pela decomposição de substâncias contidas nos resíduos sólidos, que têm como características a cor escura, o mau cheiro e a elevada demanda bioquímica de oxigênio (DBO)”. ABNT - NBR 8419 (1984)



**Figura 2 – Lixão**

Fonte: (<http://www.pjf.mg.gov.br/governo/secretarias/demlurb/imagens/aterro/lixao.jpg> . Acessado em 09/08/2008)

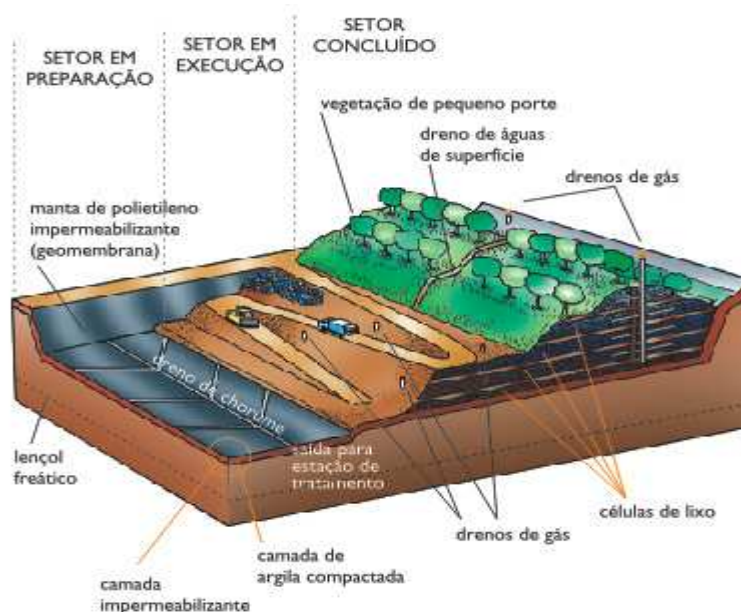
<b>Doença</b>	<b>Agente Etiológico</b>	<b>Transmissão</b>
Meningite Linfocitária	Vírus linfático Coriomeningite	Urina e secreção nasal
Gastrenterite	Salmonella ssp.	Fezes
Riquetiose vesicular	Rickettsia akari	Mordedura
Leptospirose	Leptospira icterone - morrhagie	Urina
Tifo murino	Rickettsia typhi	Pulga (sugamento)
Brucelose	Brucel	Urina (rato/ suína)
Triquinose	Trichinella spirallis	Homem

**Quadro 1 – Algumas doenças transmitidas através dos ratos**

Fonte: (RIBEIRO e LIMA, 2000)

**Aterro controlado:** Técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos a saúde pública, e a sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho. (NBR 8849/ ABNT, 1985).

**Aterro sanitário:** Técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios da engenharia para confinar os resíduos sólidos a menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores se for necessário. (NBR 8419/ ABNT, 1984).



**Figura 3 – Sistema de Aterro Sanitário**

Fonte: ([http://www.urbam.com.br/imgs/hora-agora/img\\_cont3.jpg](http://www.urbam.com.br/imgs/hora-agora/img_cont3.jpg) Acessado em 09/08/2011)

**Usinas de Compostagem:** são usinas que transformam os resíduos orgânicos em adubos para a agricultura, para tal é necessária uma separação prévia dos materiais orgânicos a serem compostados, dos inorgânicos. Uma limitação deste processo é de que o preço final pago pelo produto, na maioria das vezes, não cobre os custos de produção. (PEREIRA, 2002, p. 40)

**Incineradores:** são geralmente utilizados para processar materiais perigosos, e / ou diminuir o volume de resíduos. O produto deste processo, as cinzas, geralmente é destinado aos aterros sanitários/ controlados devido seu caráter perigoso. Este processo tem um custo elevado, além de que, sem os devidos cuidados, este processo pode emitir gases nocivos, trocando-se assim, a poluição do solo pela poluição do ar

**Reciclagem:** é um sistema utilizado para recuperar e reutilizar resíduos sólidos através da transformação da matéria. A reciclagem pressupõe uma coleta seletiva, e é

considerado o único dos processos de tratamento de resíduos sólidos que não gera sobras ao final (SOBRINHO, 2001).

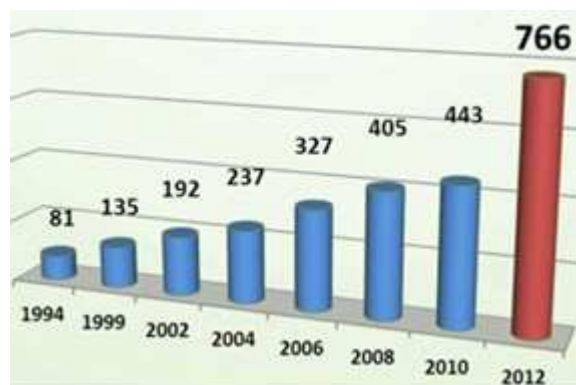
Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos (ABRELPE), o que se percebe é que a melhor forma de gerir os resíduos se dá de maneira integrada (Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – GIRS), ou seja, reduzindo o volume de geração dos resíduos, reutilizando-os sempre que possível e reciclando-os. Quando após este processo ainda restar resíduos os mesmos devem ser utilizados de modo a gerar energia, por meio de sua incineração, e por fim serem depositados da melhor maneira possível, isto é, utilizando-se da melhor tecnologia disponível (ABRELPE, 2010, p.139).

### **2.3.1 OS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REALIDADE BRASILEIRA**

Mediante o contexto da problemática ambiental causada pela geração cada vez maior de resíduos, o Brasil, no ano de 2010, aprovou e decretou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010; decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010), que por sua vez vem regulamentar a gestão dos resíduos no país, tendo como princípio norteador a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (GIRS). Porém apesar da implementação desta lei expressar relativo progresso no que tange os resíduos no Brasil, o país tem um longo caminho a seguir rumo à efetivação prática desta lei.

Segundo a ABRELPE (2010, p.31) estima-se que a produção de resíduos no Brasil seja de cerca de 160 mil toneladas por dia. Desta totalidade de resíduos gerados, segundo dados da CEMPRE (2010), apenas 14% das cidades brasileiras contam com coleta seletiva dos resíduos, e mais ainda, de acordo com o IBGE, 11,4% dos municípios nacionais ainda não tem sequer coleta de lixo organizada (IBGE, 2009, p. 76).





**Gráfico 1 – Municípios com coleta seletiva no Brasil**

Fonte: (CEMPRE, 2012)

A partir destes dados, podemos perceber que o país tem muito trabalho pela frente, no que se refere à gestão adequada de seus resíduos rumo a uma efetiva PNRS.

Logo é partindo desta perspectiva, a da necessidade de implementar uma gestão integrada de resíduos sólidos (GIRS) no país, que o presente trabalho analisou o processo de formação da rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis da região do Vale do Paraíba, a CATAVALE.

Entende-se que para atingir uma GIRS há a necessidade de um trabalho integrado, ou seja, um trabalho que mobilize diferentes segmentos da sociedade, desde a sociedade civil em si, como também, as esferas privada, pública e o terceiro setor.

Deste modo, ao analisarmos o processo de formação da CATAVALE podemos identificar que ele corrobora com a idéia de trabalho integrado, uma vez que conta com a participação daqueles diferentes segmentos da sociedade (civil, privada, pública e terceiro setor).

Sendo assim podemos inferir que a consolidação da rede não só favorece os participantes dela, mas, e principalmente, favorece o processo de GIRS e conseqüentemente toda a sociedade, pois o trabalho desenvolvido pela rede auxiliará na implementação da PNRS e logo em um planeta mais saudável para se viver.

## **2.4 A RECICLAGEM NO BRASIL**

Segundo CALDERONI (2003):

O termo “reciclagem”, aplicado a lixo ou a resíduos, designa o reprocessamento de materiais de sorte a permitir **novamente** sua utilização. Trata-se de dar ao descarte uma nova vida. Neste

sentido, reciclar é “ressuscitar” materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados (CALDERONI, 2003, p.52).

A reciclagem, assim, constitui um processo no qual o material separado considerado reciclável é separado do lixo *sujo*, e ou, orgânico, e assim é reintroduzido no processo produtivo e transforma-se em um novo produto, podendo ser ele igual, semelhante, ou completamente diferente do produto inicial (DUSTON<sup>7</sup> apud. CALDERONI, 2003, p.52).

#### 2.4.1 A COLETA SELETIVA PARA A RECICLAGEM

Segundo SEBRAE (2008), a cadeia produtiva da reciclagem no Brasil pode ser representada da seguinte forma:

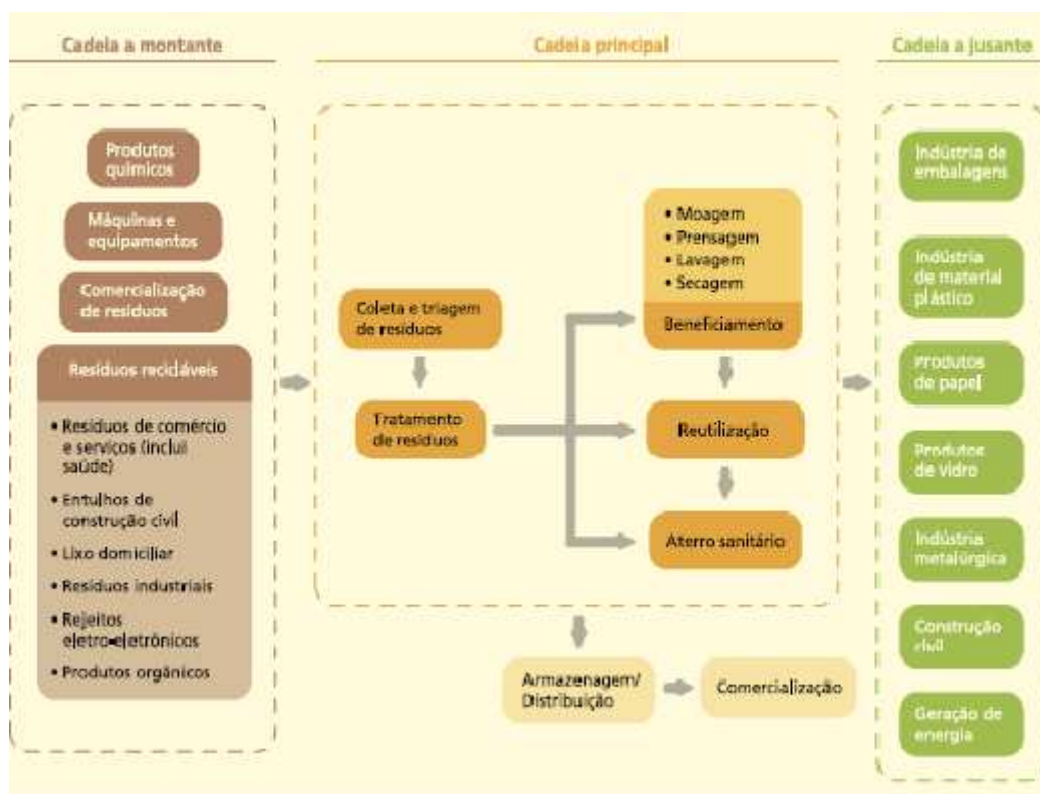


Figura 4 – A cadeia produtiva da reciclagem

Fonte: (SEBRAE, 2008, p.12)

<sup>7</sup> DUSTON, T. E. How to measure the gains from recycling – recycling solid waste. London: quorum books, 1993, p.136.

A partir do desenho da cadeia produtiva da reciclagem, analisando sua cadeia principal, é possível perceber que o primeiro passo do processo de reciclagem de materiais consta na coleta e triagem dos materiais que serão transformados. A coleta seletiva consiste na separação de materiais tidos como recicláveis, sendo estes, papéis, vidros, plásticos e metais, do restante considerado lixo. Recolhidos, estes materiais são destinados a centros de reciclagem, que farão uma separação mais minuciosa, destinando estes materiais a indústrias recicladoras (MOUÇOUÇA, 1990).

A ABNT define a coleta seletiva como sendo: “uma coleta que remove os resíduos previamente separados pelo gerador, tais como papéis, latas, vidros e outros” (NBR 12.980, 1993).

A coleta seletiva é uma alternativa ecologicamente correta que desvia do destino em aterros sanitários ou lixões, resíduos sólidos que podem ser reciclados. Com isso, dois objetivos importantes são alcançados. Por um lado a vida útil dos aterros sanitários é prolongada e o meio ambiente é menos contaminado. Por outro lado o uso de matéria prima reciclável diminui a extração dos nossos tesouros naturais.<sup>8</sup>

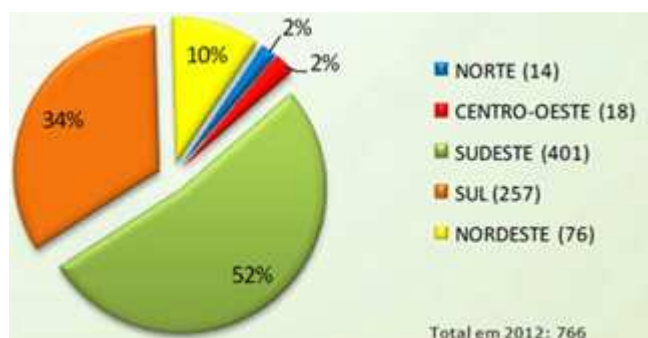
Logo, a coleta seletiva é passo fundamental na reciclagem, pois os materiais quando colocados junto à matéria orgânica ficam sujos, se contaminam perdendo seu valor comercial, se separados esta contaminação não ocorre, o que aumenta o valor comercial dos materiais recicláveis, além de diminuir o risco de acidentes e doenças adquiridos pelos que manipulam estes materiais.

Pensando a questão da coleta seletiva no Brasil esta aparece em 1978. Historicamente percebe-se que a primeira prefeitura a realizar a coleta seletiva do lixo foi a cidade de Pindamonhangaba - SP, contudo, efetivamente documentada, tem-se a cidade de Niterói – RJ como pioneira, iniciando a coleta em 1985 (SOBRINHO, 2001, p.40).

Atualmente, como sinalizado no tópico anterior, apenas 14% das cidades brasileiras tem coleta seletiva organizada, sendo este número distribuído de forma desigual ao longo do território nacional.

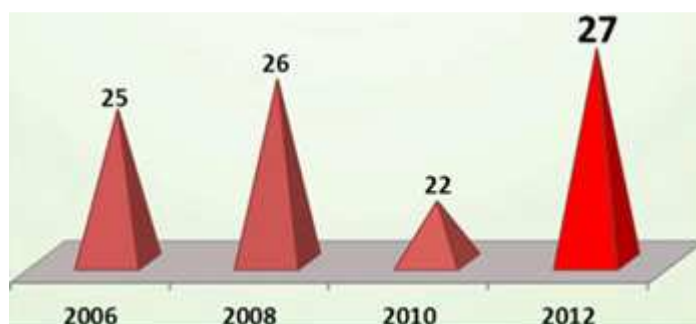
---

<sup>8</sup> [www.lixo.com.br](http://www.lixo.com.br) acesso em: 21/05/2010



**Gráfico 2 – Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil**

Fonte: (CEMPRE,2012)



**Gráfico 3 – População brasileira atendida pelo serviço de coleta seletiva (em milhões)**

Fonte: (CEMPRE, 2012)

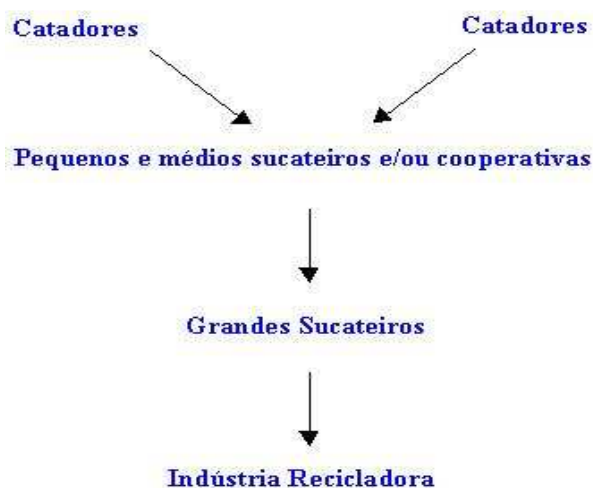
No que se refere a região estudada pelo presente trabalho, ou seja, as 6 cidades da região do Vale do Paraíba (Aparecida, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, Potim e São José dos Campos), a desigualdade quanto a distribuição da coleta seletiva no país é reafirmada. As cidades de Aparecida e Potim não apresentam números tangentes a coleta seletiva em suas cidades, nem segundo as prefeituras ou através da pesquisa Ciclosoft (2012) realizada pelo CEMPRE, entretanto algumas das outras cidades têm números relevantes, tais como São José dos Campos e Pindamonhangaba cujos programas de coleta seletiva atingem cerca de 100% da população local. As demais cidades de Jacareí e Guaratinguetá contam com programas de coleta seletiva que atingem aproximadamente 50% da população (informações adquiridas nos sites das prefeituras das cidades em questão no ano de 2012).

A coleta seletiva pode se apresentar basicamente em três modelos (CEMPRE, 2012), sendo estes a coleta de porta em porta; a entrega voluntária de materiais aos

PEVs (Postos de Entrega Voluntária); e por fim pela iniciativa de catadores de materiais recicláveis e cooperativas.

Uma melhor gestão da coleta consiste em também utilizar seus modelos de forma integrada, tal como propõe a PNRS.

Os modelos de coleta seletiva além de diversos entre si compilam diferentes atores. Segundo Ziglio (2002), o processo de coleta e triagem dos materiais recicláveis rumo a indústria apresenta diferentes atores, sendo estes consecutivamente do maior número ao menor, os catadores de materiais recicláveis individuais, as associações e cooperativas de catadores, sucateiros de pequeno e médio porte, sucateiros de grande porte.



**Figura 5 – Estrutura do mercado de sucatas de papel no município de São Paulo**  
Fonte: (ZIGLIO, 2002)

Segundo a CEMPRE (2012) catadores de materiais recicláveis, incluído neste número catadores individuais, cooperativas e associações, constituem, por sua vez, a grande massa trabalhadora da coleta seletiva, cerca de 65% do trabalho da coleta é realizado por catadores e cooperativas.

#### **2.4.2 OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

O atual modelo que alicerça a nossa sociedade é o sistema capitalista, modelo este que constitui “(...) um processo perverso, atingindo individualmente pessoas, mas, sobretudo, que faz parte de uma complexa lógica de relações econômicas, sociais,

culturais e políticas do capitalismo global. É neste quadro que se insere o catador de materiais recicláveis” (SANTOS, 2000, p. 37)

A profissão de catador de material reciclado surge no Brasil a partir do desenvolvimento da indústria, sendo conhecidos neste momento como papelheiro, garrafeiro, ou *burro sem rabo* (GONÇALVES, s/d) . Contudo outro fator que auxilia neste processo é a estagnação da economia nos anos 80 e o aumento do desemprego (POCHMANN, 2001), assim a profissão de catador ganha maior *visibilidade* uma vez que seus adeptos buscam neste ramo a reprodução material de suas vidas.

Estima-se que no Brasil o número de catadores de materiais recicláveis seja de aproximadamente 1 milhão de pessoas (ADEODATO, s/d) , sendo que deste número, 2/3 encontram-se no Estado de São Paulo – lugar com maior concentração de indústrias no país. (MACEDO e MEDEIROS, 2006).

A figura do catador aparece num contexto de extrema precarização do trabalho, que se acentua mediante o caráter informal de sua atividade, segundo BIRBECK<sup>9</sup> (1978) apud MECEDO e MEDEIROS (2006), que denomina os catadores de *self-employed proletarians*, “(...) o auto emprego não passa de uma ilusão, pois na realidade eles vendem sua força de trabalho a indústria da reciclagem, sem, contudo terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho” (op.cit. p.65).

O papel do catador na cadeia produtiva da reciclagem no Brasil é de extrema importância, pois, é ele quem fará a maior parte do processo de coleta seletiva, eles catam os materiais de porta em porta, separam o material do lixo orgânico, limpam, separam novamente de acordo com suas características físicas – papel, plástico, alumínio, etc - e por fim direcionam estes materiais à cooperativas, depósitos, *sucateiros* e centros de reciclagem. Nestes locais o material será pesado e um preço estabelecido será pago aos catadores, vindo daí suas rendas.

Desta forma, é exatamente por que a renda depende da quantidade de material coletado, que a rotina de trabalho do catador é extremamente exaustiva, como observa MAGERA (2003):

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas: um trabalho exaustivo, visto as condições que estes indivíduos se submetem,

---

<sup>9</sup> BIRBECK, C. Self – employedproletarians in an informal factory: the case of cali’s garbage dump.London: world development, 1978, pp.1173-1185.

com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico suficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (MAGERA, 2003, p. 34).

Assim, pode-se perceber que a mão-de-obra do catador é elemento base da cadeia produtiva da reciclagem (pois faz às vezes da coleta seletiva) e conseqüentemente mediante os fatos apresentados, é também extremamente lucrativa, uma vez que trabalha em condições precárias, na informalidade, sob extrema exploração tendo em troca apenas um valor que possibilite a reprodução de sua própria força de trabalho, e assim a manutenção desta mesma dinâmica.

Ainda um fato destacado por MAGERA (2003), é a baixa escolaridade apresentada pelos catadores, que acaba por reforçar, dentro da lógica do trabalho capitalista, a sua posição de submissão.

Além dos elementos expostos acima, no que se refere a precariedade do trabalho dos catadores, também observa-se o elemento da saúde, pois a convivência com o lixo – cabe observar também que, muitas vezes o material coletado é guardado na casa do catador para posteriormente, após uma triagem, ser levado ao depósito - faz com que este conviva com diversas pragas urbanas como ratos, baratas, moscas e a dengue, e assim esteja suscetível à doenças.

Dois fatos relacionados à saúde chamaram a atenção da população assim como das instituições públicas, sendo estes o caso do lixão de Aguazinha, em Olinda – RE, em 1994, quando várias crianças foram hospitalizadas com intoxicação alimentar causada pela ingestão de carne humana do lixo hospitalar que até então era depositado neste lixão; e o caso Césio 147, onde sete pessoas morreram em Goiânia ao entrar em contato em um lixão com cápsulas do elemento radioativo césio 147.

Com o fato de Aguazinha pode-se destacar outro aspecto que acompanha a vida do catador, que é a presença das crianças, ou seja, isto se dá devido uma rotina

exaustiva de trabalho onde os catadores não têm com quem deixar seus filhos, que assim acabam por acompanhá-los no dia a dia de trabalho.

Segundo Ribeiro e Santos<sup>10</sup> (2000) apud Dib-Ferreira (2005), “o trabalho na lixeira é via de regra, realizado na companhia dos filhos que ajudam na seleção do material” (p.6). “Estes dados apontam para uma certa continuidade entre pais e filhos no que se refere ao trabalho (...) se as crianças de ontem ingressavam no mercado de trabalho pela via da lavoura, da serventia doméstica ou do trabalho ambulante, muitas, hoje, começam catando lixo”. (JUNCA<sup>11</sup> apud DIB-FERREIRA, 2005, p.6)

Foi exatamente devido esta problemática, que surgiu a campanha “Criança no lixo nunca mais” da UNICEF, visando assim, erradicar o trabalho infantil no lixo.

Apesar do trabalho do catador ser marginalizado, desde os anos 80 existe um movimento que busca unificar a luta por mudanças nesta categoria de trabalho, organizando-se em associações e cooperativas. Na década de 90 com o apoio de instituições não governamentais, ocorre a criação do Movimento Nacional dos Catadores, em 1999<sup>12</sup>. Em 2001 ocorre o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MOTA, 2005); já em 2002 a profissão de catador é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), estando registrados como catadores de material reciclável pelo número 5192-05, que descreve a profissão de catador como, “aqueles que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papelão, papel e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais re - aproveitáveis”<sup>13</sup>.

O papel do catador de material reciclável na cadeia produtiva da reciclagem e na gestão dos resíduos sólidos é fundamental. Tal importância foi salientada e regulamentada na atual Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que além da questão ambiental dos resíduos, também inclui em seu arcabouço, o aspecto social.

De acordo com a Lei as iniciativas de gestão dos resíduos “(...) devem conter contribuição das ações propostas para a inclusão social e geração de emprego e renda dos integrantes de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas de baixa renda (...)” (BRASIL, 2010a). Desta forma

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, A . C. M. e SANTOS, V. F. criança no lixo nunca mais - relatório de atividades – morro do céu. Niterói. Rio de Janeiro: Secretaria de Integração e Cidadania, julho de 2000. (disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/txt-index.asp> )

<sup>11</sup> JUNCA, D. et al. A mão que obra no lixo. Niterói. Rio de Janeiro: EdUFF, 2000, p 51.

<sup>12</sup> <http://www.mncr.org.br/> acesso em: 10/08/2010

<sup>13</sup> [www.ministeriodotrabalho.gov.br](http://www.ministeriodotrabalho.gov.br) acesso em: 10/08/2010



a participação dos catadores torna-se ainda mais evidente, e assim também a necessidade de que estes estejam cada vez mais organizados, a fim de propiciar uma efetiva gestão dos resíduos sólidos urbanos.

## **2.5 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O CONCEITO DE REDE**

O conceito de desenvolvimento local tem por característica intrínseca, tal como o conceito de desenvolvimento em si, a transdisciplinaridade, onde crescimento financeiro, qualidade de vida, inclusão social, respeito a cultura e as identidades locais, protagonismo comunitário, redes sociais, parcerias, empreendedorismo, empoderamento, voluntariado, cidadania, cooperação e governança são partes integrantes deste todo. (BANDEIRA E SANTOS, s/d; SIEBER,1999; KRONENBERG,2011).

Segundo BANDEIRA E SANTOS podemos definir o local como sendo este,

“(...) o ambiente do convívio social onde o indivíduo e seu grupo se enquadram, onde as relações mais valiosas do caráter humano acontecem. É também o ambiente da ação e luta política, e do trabalho. (...) O local é verdadeiramente um espaço privilegiado de interferências e de síntese onde se pode tratar o heterogêneo e o complexo. (s/d, p.3)

Logo por desenvolvimento local entende-se como,

“(...) um processo em que localidades munidas de seus recursos mais variados criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o desenvolvimento do lugar por meio de estratégias de baixo impacto sócio-ambiental. (RODRIGUES,1997<sup>14</sup>; Apud. BANDEIRA E SANTOS, s/d, p. 4)

Ainda para Alcoforado (2006), o desenvolvimento local pode ser definido como,

“Uma nova estratégia de desenvolvimento, em que a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e interdependência. Essa estratégia tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e da comunidade, maior participação nas estruturas de poder, ação política com

---

<sup>14</sup> RODRIGUES, A.B. Turismo e Desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, 1997.

autonomia e independência, contribuindo assim para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente, visando o bem-estar da geração presente e futura.” (ALCOFORADO, 2006, P.86; apud. KRONEMBERG, 2011, p. 30-31)

Porém cabe salientar que o local não exclui e nem entra em choque com o global, mas sim são interdependentes, tal como salienta Ignacy Sachs (2002, p.41), onde para o autor, todo desenvolvimento tem base local, porém cujos processos transcendem o mesmo. Neste sentido podemos lançar mão do conceito de glocalidade.

Glocal é o conceito que une o global e o local (CANEVACCI, 1996; TRIVINHO, 2006; MARTINS E CALEIROS, 2012). Segundo Souza (2005), “mesmo com todo o poder de penetração e divulgação dos assuntos de cultura hegemônica a recepção não é homogênea. Cada local compreende a mensagem de acordo com sua cultura.” (apud. MARTINS E CALEIROS, 2012, p.9). Desta forma é possível salientar que tanto o local faz o global como vice-versa.

Neste sentido é possível inferir que para que o processo de desenvolvimento local tenha sucesso, agentes de diversos setores devem participar deste, tais como organizações político partidárias, sindicais, empresariais, cooperativas e associações de diversos segmentos da sociedade civil, etc. Quanto mais heterogêneo der-se o processo maior será a descentralização de poder e por fim maior o empoderamento das bases (BANDEIRA E SANTOS, 2012; CASTELLS, 1999; KRONEMBERG, 2011).

Pensando nos princípios do desenvolvimento local, que deve aliar integração e sustentabilidade, os conceitos de cooperativismo e de rede são aqueles que mais se identificam e corroboram com o processo.

### **2.5.1 COOPERATIVISMO**

O cooperativismo surge no século XVI na Inglaterra devido o advento da Revolução Industrial (RI). Com a RI a utilização de maquinários no lugar da mão de obra operária fez emergir grande número de desempregados, e uma alternativa desenvolvida pelos trabalhadores à situação de desemprego foi o de trabalhar no modelo cooperativista (SINGER, 1999, p.23).

Segundo Coque Martinez<sup>15</sup> (2003; apud. BANDEIRA E SANTOS, 2012, p. 9) por princípios cooperativistas podemos destacar a democratização dos processos, a inclusão social, a participação econômica, a formação pessoal e comunitária, assim como também a autonomia, sendo esse processo propiciador da redução da pobreza e da integração dos marginalizados, tal como propõe a idéia de desenvolvimento local.

“O cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.” (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB)

Ainda segundo a OCB, o sistema de cooperativismo consiste em uma reunião de pessoas que juntas trabalham para suprir as necessidades do grupo e não do capital, logo o objetivo principal desta organização não é o lucro, mas sim como referenciado na citação acima, o bem-estar dos participantes.

Em uma organização em forma de cooperativa a prosperidade do grupo sobrepõe-se a individualidade dos membros, sendo esta a principal diferença entre este modelo de organização socioeconômica e os demais existentes.

Uma cooperativa funciona sobre preceitos básicos, tais como afirma Singer (1999, p. 24), a democracia e a igualdade, representados através da escolha dos dirigentes via eleição, da discussão das diretrizes em assembleias gerais, da produção e ganho líquido repartido de acordo com critérios definidos pela maioria, entre outros. Em um sistema de cooperativa todos os trabalhadores são seus próprios patrões.

No Brasil o cooperativismo aparece no século XIV, com o surgimento de cooperativas de militares e funcionários públicos que visavam suprir necessidades específicas; desde então o desenvolvimento deste sistema socioeconômico teve crescimento contínuo, sendo apresentado nas mais diversas formas de cooperativas, seja de crédito, de saúde, de trabalho, etc.

O crescimento desta forma de organização foi consolidado no país através da promulgação da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política

---

<sup>15</sup> COQUE MARTINEZ, J. El desarrollo local sobre bases cooperativas: valorización de los recursos locales y creación de redes. In: BUENDÍA MARTINEZ, I; GARCÍA ALONSO, J.V. Cooperativismo y desarrollo local. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2003, p.261-299.

Nacional de Cooperativismo, sob o qual estão todas as cooperativas formalizadas criadas no Brasil.

## **2.5.2 O TRABALHO EM REDE**

No que tange o princípio de rede Castells (1999) define que a estrutura morfológica da rede se expressa em uma “drástica reorganização das relações de poder” (p. 498). A rede por si congrega diferentes instituições e pessoas cujos objetivos lhes são comum dando a esta características de flexibilidade, dinamismo, além de democratizar e descentralizar a tomada de decisão e logo o poder, dando assim autonomia e horizontalizando as relações entre os agentes participantes da mesma.

Corroborando e complementando a definição de rede fornecida por Castells (1999), Ziglio (2012, p.89) estabelece que

“(...) as redes são fruto de interesses culturais, econômicos, políticos e ambientais, que entendemos por relações geopolíticas, estas possuem concretude no território como resultado de suas ações. Deste modo, para ter perenidade necessita de horizontalidade, participação, compartilhamento, autonomia e identidade de seus atores. A harmonização destes itens por todos os atores não se traduz em atividade fácil, mas para que possa efetivamente atingir seus desejos precisam no mínimo de coesão entre esses elementos. Percebem os grupos sociais que, ao trabalharem em rede, obtêm mais poder de voz de suas ações (...)”

“A rede é um sistema de elos capaz de organizar instituições e pessoas, de forma igualitária e democrática em torno de um objetivo comum” (Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS), podendo elas ter dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais.

Segundo ZIGLIO (2012, p.90)

“(...) estar agindo em formas de redes não significa somente maior abrangência de suas ações, mas também a possibilidade de garantir poder e fortalecimento de seus discursos. Estar integrado em redes aumenta a possibilidade de maior empoderamento diante do ideal que se defende. Ao mesmo tempo não estar em redes pode ocasionar o efeito reverso: a segregação e o enfraquecimento. Afinal de contas, em relações

entre grupos apresentam-se dois caminhos: cooperação e conflito.”

O trabalho em rede permite que sejam compartilhados não só objetivos e procedimentos, mas também responsabilidades e reivindicações.

“O trabalho em rede além de aumentar a capilaridade das ações, tem muitas outras vantagens como a troca de experiências entre vários atores institucionais que potencialmente podem transformar-se em acúmulo de experiência e de conhecimento aumentando a difusão e disseminação em regiões as mais remotas” (Ministério de Educação e Cultura – MEC)

Logo, resumindo e concluindo, podemos dizer que os conceitos de cooperativismo e de trabalho em rede dão vida ao projeto de desenvolvimento local integrado e sustentável.

No presente trabalho estes conceitos andam de mãos dadas uma vez que o que se analisou foi o processo de formação de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

## PARTE 3 – ESTUDO DE CASO

### 3.1 A REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA



**Figura 6 –Mapa do estado de São Paulo com indicação da localização da região do Vale do Paraíba**

Fonte: (Plano de Saneamento Básico de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos de Guaratinguetá/SP, 2012)

A região do Vale do Paraíba fica dentro do Estado de São Paulo, Estado este responsável por 31% do PIB nacional e com população média de 40 milhões de pessoas.

O Vale do Paraíba conta com aproximadamente 2.300.000 habitantes, em uma área de cerca de 16.180.000 km<sup>2</sup>, localizando-se entre as duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, e sendo cortada por uma das mais importantes rodovias do país, a Via Dutra.

A região do Vale do Paraíba conta com 39 municípios sendo esta a terceira região do Estado de São Paulo com o maior volume de investimentos, além de na mesma encontrar-se o parque aeroespacial brasileiro assim como também um grande centro industrial mecânico, siderúrgico e automobilístico (Governo do Estado de São Paulo).



**Figura 7 – Mapa da região do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira e suas respectivas cidades**

Fonte: (<http://fibradevidro1.net/cursopraticomarmoresintetico.php> Acesso em: 11/10/2012)

Recentemente, em 9 de Janeiro de 2012, foi institucionalizada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte<sup>16</sup>, projeto esse que passa a trabalhar de maneira integrada diversos segmentos tais como saneamento básico, comunicação, e principalmente, segundo o que interessa a presente pesquisa, os projetos e ações de proteção ambiental e de gestão dos resíduos urbanos.

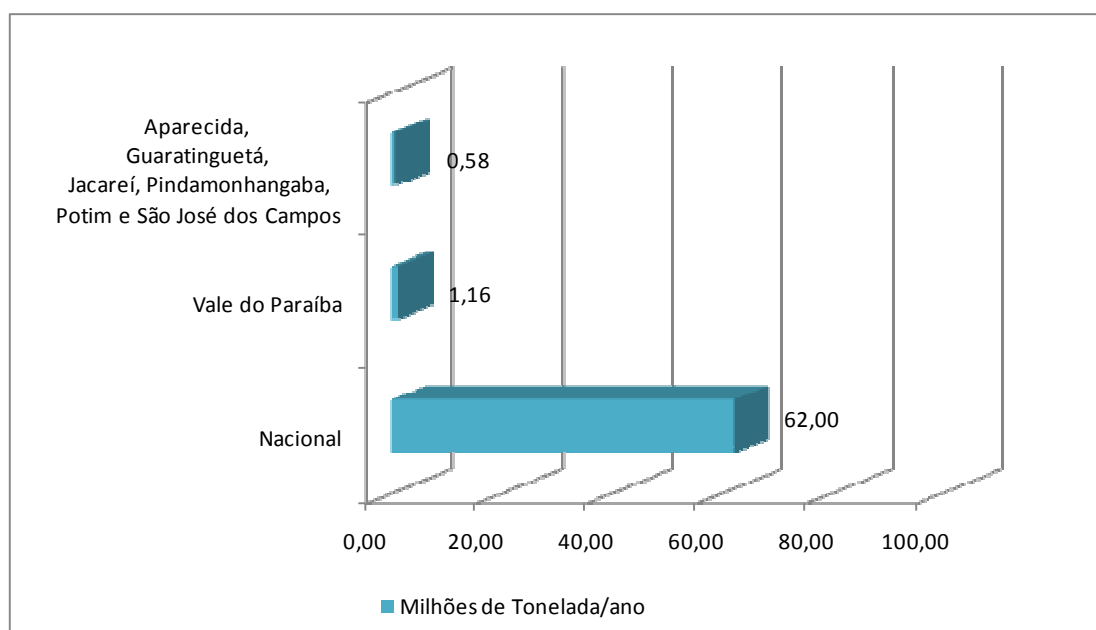
Deste modo, compreendendo o contexto geográfico e econômico da região, é possível perceber o quanto o projeto da rede CATAVALE corrobora com o atual cenário local, uma vez que em um projeto de metropolização o que se propõe é a integração, princípio básico do trabalho em rede.

### 3.1.1 A QUESTÃO DOS RSU NO VALE DO PARAÍBA

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro\\_vale.pdf](http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf)  
Acesso em: 04/08/2012

A região do Vale do Paraíba, como dito anteriormente, localiza-se no Estado de São Paulo, e conta com aproximadamente 2.300.000 habitantes. As 6 cidades estudadas no presente trabalho, São José dos Campos (SJC), Potim, Pindamonhangaba e seu distrito de Moreira César, Guaratinguetá, Aparecida do Norte e Jacareí, juntas somam um total de aproximadamente 1.155.000 habitantes (IBGE, 2010), sendo este valor referente a quase 50% de toda a população da região.

De acordo com a ABRELPE (2011) a população do Estado de São Paulo produz ao dia 1, 385 kilograma de resíduo por habitante, fazendo assim com que a região do Vale do Paraíba seja, ao todo, responsável pela produção de cerca de 1.162.707,5 toneladas de resíduos por ano, o que representa aproximadamente 2% da produção nacional de resíduos/ano. Deste modo ao analisarmos as 6 cidades sede das cooperativas participantes da rede CATAVALE e os dados apresentados acima, chegamos a conclusão de que as 6 cidades são responsáveis pela produção de 1% dos resíduos sólidos urbanos do país.



**Gráfico 4 – Quantidade de resíduos sólidos gerado por região**  
Elaboração: (autor)

A região do Vale do Paraíba, que por sua vez engloba também as regiões do Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, conta com 39 municípios, e dentre estes, no que tange a coleta seletiva do lixo, podemos perceber uma desigualdade quanto à distribuição deste serviço, ou seja, na mesma região existem cidades cuja coleta seletiva



abrange 100% da população enquanto que em outras nem sequer existem dados referentes à coleta seletiva.

Deste modo a iniciativa de formação de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região se demonstra interessante, uma vez que, além de ampliar e melhorar os serviços de coleta seletiva e reciclagem nas 6 cidades envolvidas, a rede pode ampliar-se com a adesão de mais cooperativas vindas de outras cidades, fazendo assim com que a rede se expanda por todo o Vale do Paraíba, auxiliando e promovendo uma gestão sustentável dos RSU.

### **3.2 PROCEDIMENTOS DE ESTUDO**

A iniciativa do presente estudo surge no final do ano de 2010 a partir de uma solenidade que ocorreu na cidade de São José dos Campos para entrega do certificado de ISO 8000 a cooperativa de catadores de materiais recicláveis denominada Futura, um dos membros da rede CATAVALE (dados sobre esta cooperativa serão apresentados adiante).

Neste evento foi possível entrar em contato com o secretário de desenvolvimento social João Francisco Sawaya e a assistente social Maria do Carmo, ambos da prefeitura de São José dos Campos, que em seus discursos destacaram a iniciativa de desenvolvimento de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Vale do Paraíba.

A partir deste encontro o pesquisador do presente trabalho entrou em contato com os responsáveis pelo processo de formação da rede demonstrando seu interesse em estudar este projeto.

Desde então, foram acompanhadas todas as reuniões realizadas entre as cooperativas no ano de 2011, reuniões estas que tinham o objetivo de formar a rede. Totalizou-se 13 reuniões, sendo estas realizadas no campus da Universidade Anhanguera em São José dos Campos.

Nestas reuniões, utilizaram-se das técnicas de pesquisa de observação participante, relato oral redigido de memória e a aplicação de um questionário atrelado a uma entrevista estruturada sobre o processo de formação de cada uma das cooperativas (questionário ANEXO III).

### **3.3 A REDE DE COOPERATIVAS CATAVALE**

A idéia de se formar uma rede de cooperativas na região do Vale do Paraíba surge nas discussões realizadas pelo Comitê de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte do Estado de São Paulo, que por sua vez, foi constituído em 2006, e tinha o apoio do Movimento Nacional (e Regional) de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O Comitê tinha três objetivos básicos demarcados, sendo estes, integrar as cooperativas de reciclagem; criar mecanismos para venda centralizada dos materiais recicláveis; e desenvolver e formar os cooperados para a autogestão de seus negócios.

Nesta perspectiva, a construção de uma rede de cooperativas aparece como uma iniciativa que corrobora com todos os objetivos do Comitê, entretanto a formação e viabilidade prática de uma rede contém uma série de elementos técnicos, burocráticos e sociais que tornam tortuosos os caminhos rumo à efetivação do projeto.

Quando direcionamos nosso olhar às cooperativas é possível perceber a iniciativa e a vontade empreendedora da maioria de suas lideranças e membros, logo a idéia de se formar uma rede que propiciasse uma melhor comercialização dos materiais foi amplamente aceita e vista também como uma possibilidade de crescimento pessoal e profissional para todos os participantes, uma vez que a comercialização em rede dos materiais recicláveis dará aos participantes não só maior rentabilidade, mas também controle sobre o processo, retirando os intermediários, fornecendo crescimento intelectual com a profissionalização do trabalho, e maior empoderamento social.

Contudo, a priori, a formação escolar dos catadores é, em sua maioria, muito baixa (muitos não concluíram ao menos o ensino fundamental), o que dificulta o processo de formação de uma rede, uma vez que são necessários conhecimentos técnicos específicos relacionados ao direito, à burocracia, aos processos de comercialização, padronização, logística, produção, etc.

Deste modo, buscando viabilizar o processo outros atores se fazem necessários para a efetiva formação da rede CATAVALE, e estes atores aparecem basicamente, de forma sintética, na figura de duas pessoas chaves ao processo, sendo estes a assistente social da prefeitura da cidade de São José dos Campos, Maria do Carmo Fuga e o professor Nemízio Antônio de Souza, da Fundação Pedro Leopoldo, de Minas Gerais,

especialista em cooperativismo. Estes profissionais deram todo o suporte necessário para a efetiva constituição da rede.

A princípio, o Comitê de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba contava com 16 cooperativas espalhadas por 14 cidades da região, porém apesar de constituídas socialmente e profissionalmente, nem todas as cooperativas estão legalmente cadastradas como tais, ou seja, das 16 apenas 8 contam com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), instrumento que viabiliza a venda de produtos com emissão de notas fiscais.

Para que as cooperativas fizessem parte do projeto de formação da rede CATAVALE era necessário que estas estivessem efetivamente legalizadas, tal como sanciona a Política Nacional de Cooperativismo (Lei nº 5.764 de 16/12/1971), desta forma apenas as 8 cooperativas, espalhadas por 6 cidades da região, que tinham CNPJ puderam dar início ao processo de construção da rede. Em seguida conheceremos um pouco de cada uma delas.

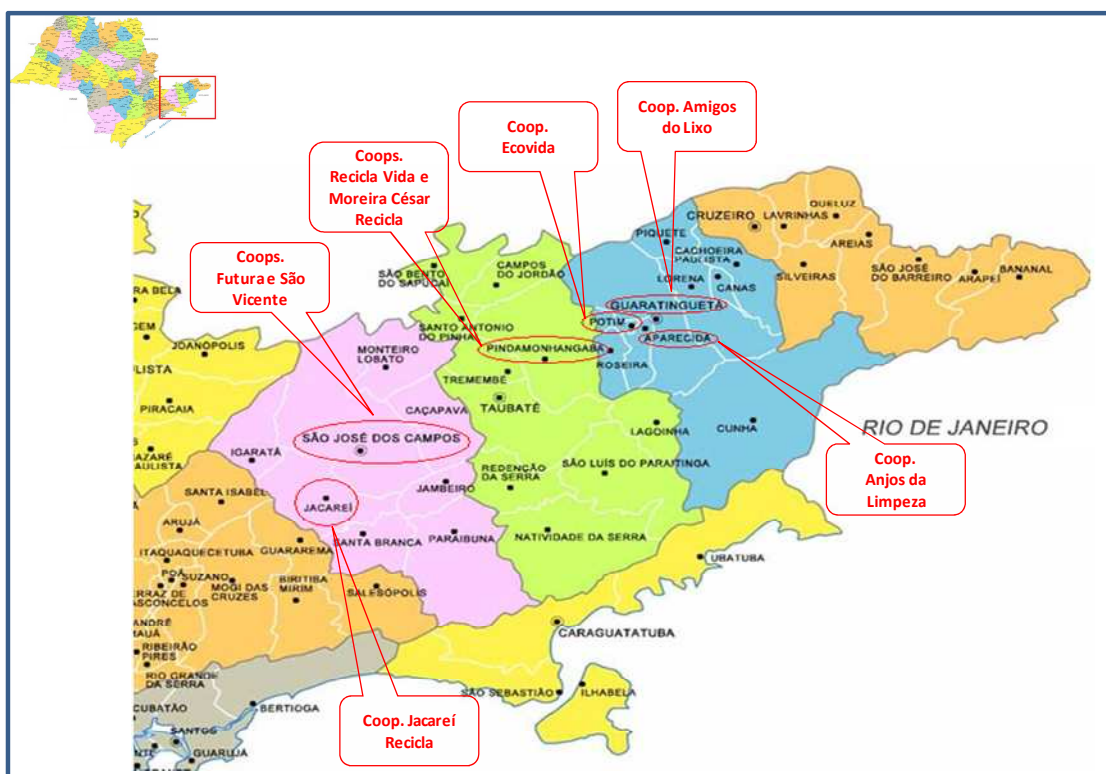


Figura 8 – Mapa da localização das cooperativas da rede CATAVALE

Elaboração: (autor)

### 3.3.1 COOPERATIVA FUTURA

A cooperativa Futura localiza-se na cidade de São José dos Campos- SP. A cidade de São José dos Campos é a maior cidade da região do Vale do Paraíba com aproximadamente 630 mil habitantes (IBGE, 2010), em uma área de 1099,6 km<sup>2</sup> (Prefeitura de São José dos Campos). Industrializou-se nos anos de 1950 com a instalação Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e a inauguração da Via Dutra, uma das principais rodovias do país e que corta a cidade. SJC conta com as principais indústrias da região e do país, entre elas a Embraer, GM, Johnson & Johnson, Cressem, entre outras.

Segundo a Urbanizadora Municipal S.A. (URBAM), que cuida da gestão de resíduos, o total de resíduos sólidos coletados na cidade é de cerca de 700 toneladas por dia, sendo deste montante, 46 toneladas de materiais recicláveis, que são encaminhados à Cooperativa Futura, que tem parceria com a prefeitura.

A cidade conta com coleta seletiva de porta em porta em 95% dos bairros da cidade, sendo que os demais bairros são atendidos pelos PEVs (Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos, podendo estes resíduos serem recicláveis, assim como também resíduos da construção civil, mobiliário, etc.).

Retomando a descrição a cerca da Cooperativa Futura, a mesma foi criada em 2006 a partir da iniciativa de catadores que trabalhavam na catação de rua e que organizados buscaram apoio na prefeitura local.

A prefeitura da cidade, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, desenvolveu um projeto que fora denominado de “Reciclagem Cidadã”, cujo objetivo era auxiliar os catadores em seu processo de formalização e capacitação a fim de proporcionar aumento na geração de renda destes trabalhadores.

A prefeitura local foi o grande parceiro na construção da cooperativa, oferecendo treinamentos e instrumentos que viabilizassem parcerias de outras empresas para com a cooperativa, fazendo com que esta hoje, conte com mais de 150 parceiros, dentre eles Johnson & Johnson, Embraer, Banco do Brasil, Lions Clube, Bandeirante Energia, Cressem, etc.

A cooperativa Futura é não só a maior, mas a mais estruturada dentre as 8 cooperativas participantes da rede, atualmente conta com 110 cooperados, certificação internacional do ISO 8000 de responsabilidade social, a única cooperativa do Brasil a

possuir tal certificação, além de em 2011 ter firmado convênio com a prefeitura da cidade administrando os PEVs – Postos de Entrega Voluntária de Resíduos, e possibilitando assim o ingresso de mais 79 cooperados, além de aumento na renda dos mesmos, fazendo com que a média<sup>17</sup> salarial subisse de 600 para 800 reais.

A cooperativa está instalada em um terreno emprestado pela prefeitura e possui maquinário próprio, como prensas, balanças e caminhão que foram doados por diversos parceiros de empresas do setor privado e da Cáritas Diocesana local.

### **3.3.2 COOPERATIVA SÃO VICENTE**

A cooperativa São Vicente localiza-se, também, na cidade de São José dos Campos, São Paulo, e foi criada em 2000, a partir de um projeto da Cáritas Diocesana local vinculado a Campanha da Fraternidade, que tinha como tema “Sem trabalho, por quê?”.

Deste modo a Paróquia São Vicente de Paula deu início a um projeto congregando catadores de rua para que eles formassem uma cooperativa, assim a Igreja não só forneceu treinamentos e auxílio técnico, como assim o faz até hoje, mas também se consolidou como a grande parceira da cooperativa, fornecendo terreno (emprestado), maquinários e instrumentos que viabilizassem maior profissionalização e também formalização dos serviços, agregando maior rentabilidade aos cooperados.

A cooperativa São Vicente conta atualmente com 39 cooperados, que obtêm uma renda financeira média de 500 reais/mês, e tem consigo parceiros como o Instituto Camargo Corrêa, a Cáritas Diocesana e Johnson & Johnson.

### **3.3.3 COOPERATIVA RECICLA VIDA**

A cooperativa Recicla Vida localizada na cidade de Pindamonhangaba – SP. Pindamonhangaba tem cerca de 147 mil habitantes (IBGE, 2010) e ocupa uma área territorial de 730 Km<sup>2</sup>. A cidade teve grande importância durante o período histórico do café, contudo a decadência deste produto fez com que a mesma se industrializasse

---

<sup>17</sup> Durante as descrições das cooperativas o trabalho apresentará uma média salarial referente a cada uma delas, entretanto convém salientar que trata-se de uma *média* exatamente devido a oscilação da renda destas pessoas, cuja renda depende diretamente da quantidade de material coletado no mês e o preço pago pelo material coletado.

tardiamente nos anos 1980. Atualmente a cidade conta com algumas indústrias importantes tais como CONFAB, GERDAU, IFF, ALCAN, etc; porém a economia local ainda conta com forte presença da agricultura de hortaliças e frutas, assim como também da pecuária leiteira. (Prefeitura de Pindamonhangaba)

Com a instalação da ALCAN, empresa que fabrica e processa o alumínio, a cidade de Pindamonhangaba ficou internacionalmente conhecida como a cidade da reciclagem, uma vez esta é líder mundial na reciclagem de latas de alumínio.

Hoje a cidade conta com o programa “Caminhão da Reciclagem” que faz a coleta seletiva uma vez por semana em todos os bairros da cidade, incluindo o sub-distrito de Moreira César. Contudo apesar da coleta atingir 100% da população a prefeitura do município afirma que o potencial para a reciclagem dos resíduos na cidade é muito maior, e depende da conscientização e apoio da população.

Ainda segundo dados da prefeitura são coletados por mês 65 toneladas de materiais recicláveis que são destinados às cooperativas locais.

A Cooperativa Recicla Vida foi fundada e legalmente constituída no dia 01 de Fevereiro de 2010, através de uma iniciativa da prefeitura local que tinha como projeto organizar os catadores individuais de rua para que os mesmos desenvolvessem um trabalho coletivo – segundo relata Arlete Cândido Monteiro Vieira, especialista em economia solidária contratada pela prefeitura para desenvolvimento do projeto.

Através de um processo de discussão junto aos trabalhadores foi possível consolidar a cooperativa. Atualmente a cooperativa conta com 18 cooperados, sendo deste apenas 1 homem, e com renda média de 300 reais/mês.

A prefeitura da cidade ainda tem grande participação junto a cooperativa.

### **3.3.4 COOPERATIVA MOREIRA CÉSAR RECICLA**

A cooperativa Moreira César Recicla, localiza-se em Moreira César, um sub-distrito da cidade de Pindamonhangaba, que conta com cerca de 40 mil habitantes, em uma área de 234 km<sup>2</sup>, sendo este um dos maiores distritos do Estado de São Paulo.

A iniciativa da cooperativa tem seus primeiros sinais em 2002, quando uma paróquia local, São Benedito, comandada na época pelo Padre Júlio, em parceria com a associação AMAR (Associação Moreira César de Artesanato e Reciclagem) desenvolveu um projeto social no qual mulheres de diferentes bairros, três vezes por

semana, se reuniam e saíam às ruas coletando material reciclável, este material, por sua vez seria vendido e o dinheiro revertido em cestas básicas mensalmente.

Ao passar dos anos o projeto tomou dimensões maiores através da participação de parceiros como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a subprefeitura do distrito, e a GERDAU.

Assim é a partir deste processo que emerge a cooperativa Moreira César Recicla, formalizada em 2010, atualmente ela é comandada basicamente por mulheres, contando a iniciativa com 26 cooperados, dos quais apenas 3 são homens. A renda financeira média da cooperativa é de 350 reais/mês.

### **3.3.5 COOPERATIVA AMIGOS DO LIXO**

A cooperativa Amigos do Lixo localiza-se na cidade de Guaratinguetá – SP. Guaratinguetá conta com 112 mil habitantes em uma área de 752km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Com histórico de desenvolvimento agrícola e agropecuário, a cidade tem seu auge durante a época do café (século XIX). No século a cidade desenvolveu sua economia baseada na pecuária extensiva e em alguma industrialização, contudo o grande diferencial da cidade consiste nesta ser um importante centro educacional, com a Escola de Especialistas de Aeronáutica, o campus da Unesp – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o Senac e, mais recentemente, a FATEC – Faculdade de Tecnologia.

Além de importante centro educacional, recentemente a cidade recebeu visibilidade graças ao turismo religioso, onde importantes pontos de peregrinação são a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, com sua água abençoada e a Igreja de Frei Galvão, frei que recentemente foi canonizado pelo Papa Bento XVI, e que nasceu na cidade de Guaratinguetá.

De acordo com a prefeitura local, são coletados por dia cerca de 100 toneladas de lixo por dia, sendo que destes 30% se refere ao lixo seco e reciclável, e 70% de lixo úmido (orgânico e não reciclável).

A coleta seletiva da cidade é exclusivamente realizada pela Cooperativa Amigos do Lixo, que tem parceria direta com a prefeitura. A cooperativa conta com um caminhão que faz a coleta de materiais recicláveis em alguns pontos determinados da cidade, contudo essa coleta atinge apenas 20% da população.

Recentemente (nos anos de 2011 e 2012) foram instalados na cidade alguns containeres para depósito de materiais recicláveis, que segundo engenheiro da prefeitura Leandro Bettoni, fará com que a taxa da população atendida pelo serviço de coleta seja de 50%; todo o material coletado será enviado para a Cooperativa Amigos do Lixo.



**Figura 9 – Container utilizado para a coleta de recicláveis em Guaratinguetá**

Fonte: (<http://veracidadeveracidade.wordpress.com/2011/12/09/novo-metodo-de-coleta-seletiva-em-guaratingueta-atrai-interesse-de-outras-cidades/> Acesso em: 10/01/2013)

A história de formação da Cooperativa Amigos do Lixo tem início no ano de 2001, ano de fechamento do lixão municipal. Segundo André Marques, engenheiro e diretor da SAEG (Companhia de água, esgoto e resíduos de Guaratinguetá), no processo de fechamento do lixão houve uma preocupação com o que aconteceria com as pessoas que trabalhavam naquele local vivendo da coleta de materiais, deste modo buscou-se uma parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) com o intuito de promover a organização destes trabalhadores em uma cooperativa.

De acordo com Rosana, uma das fundadoras da cooperativa, a iniciativa foi fundamental para os trabalhadores, segundo ela anteriormente quando trabalhavam no lixão os catadores eram muito desunidos, além das condições de trabalho serem muito difíceis.

No processo de formação da cooperativa participaram cerca de 20 catadores, atualmente o número de cooperados aumentou para 48. Como parceiros da iniciativa constam, a prefeitura da cidade que cedeu o espaço de trabalho por vinte anos, além de mensalmente fornecer cestas básicas aos membros cooperados; a SAEG; o BNDES, fornecendo empréstimo para a compra de prensas mecânicas, balanças e uma Kombi; além das empresas locais tais como a BASF e Liebherr.

Atualmente a renda média de renda por trabalhador é de 700 reais/mês.



### **3.3.6 COOPERATIVA JACAREÍ RECICLA**

A cooperativa Jacareí Recicla localiza-se na cidade de Jacareí – SP. A cidade conta com população de 211.214 habitantes em uma área de 464 km<sup>2</sup>, é um importante pólo industrial da região concentrando empresas como AmBev, Cebrace, Fibria (união da Aracruz Celulose e da VCP – Votorantim Celulose e Papel), White Martins, entre outras.

No que tange a gestão de resíduos a cidade produz em média 290 toneladas de lixo por dia. Atualmente a cidade tem um programa de coleta seletiva feita com caminhão no sistema de porta-a-porta que atinge 60 bairros da cidade, ou seja, cerca de 50 % da população local.

É estimado que sejam coletados cerca de 53 toneladas de materiais recicláveis no mês, materiais estes que são destinados a Cooperativa Jacareí Recicla (Prefeitura de Jacareí).

A iniciativa de se formar a Cooperativa Jacareí Recicla surge a partir do Plano de Limpeza Urbana Municipal (PLUM) apresentado em 2002. O PLUM tinha como objetivo promover uma gestão integrada da limpeza mobilizando diversos segmentos sociais, políticos e privados.

Deste modo, através de uma parceria feita com a Associação Vale Reciclar foi desenvolvido um plano de ação que promovia a coleta seletiva e a reciclagem na cidade incluindo neste processo os catadores de materiais recicláveis da cidade. Assim foi provido um curso de capacitação de catadores, com o intuito de motivá-los e capacitá-los para o trabalho em sistema de cooperativa, possibilitando não só um melhor gerenciamento dos materiais recicláveis da cidade, mas também uma maior geração de renda por parte dos trabalhadores.

Destarte ao final do curso de capacitação formou-se um grupo que daria origem a cooperativa Jacareí Recicla. A iniciativa foi oficializada em 08 de agosto de 2006, com a aquisição do CNPJ.

A prefeitura forneceu à cooperativa o espaço, assim como maquinários para o trabalho e transporte, além de recentemente ter fechado uma parceria onde todo o material recolhido nos Postos de Entrega Voluntária de Recicláveis (PEVs) é direcionado à cooperativa.

Atualmente a cooperativa conta com 38 cooperados, e têm uma renda mensal

média de 500 reais por cooperado.

### **3.3.7 COOPERATIVA ANJOS DA LIMPEZA**

A Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Limpeza de Aparecida - SP (CONTRAPOLIM – Anjos da Limpeza), como o próprio nome salienta, localiza-se na cidade de Aparecida – SP.

A cidade tem população com o total de 35 mil habitantes em um território de 122 km<sup>2</sup>. Aparecida é muito conhecida como estância turística religiosa, pois foi nesta cidade, no ano de 1717, que dois pescadores pescaram primeiro o corpo e depois a cabeça da santa que hoje é padroeira do Brasil, e define o nome da cidade. A economia local é totalmente movimentada pelo turismo religioso, que todos os anos trazem milhões de peregrinos vindos de todos os lugares do Brasil e do mundo.

Na pesquisa Ciclosoft realizada anualmente pelo CEMPRE mostrou que no ano de 2012 não foi encontrada nenhuma iniciativa de programa de coleta seletiva na cidade de Aparecida, a presente pesquisa tentou obter dados via prefeitura, mas não houve retorno.

De acordo com os dados da ABRELPE (2011), um cidadão do Estado de São Paulo produz por dia 1,385 kg de resíduos, logo pode-se estimar que o total de resíduos gerados em Aparecida, aproxime-se de 27 toneladas por dia. Contudo, este valor é muito incerto, principalmente devido ao grande número de turistas que freqüentam a cidade e que conseqüentemente deixam seus resíduos para trás.

Deste modo, e de acordo com informações fornecidas pelos membros da Cooperativa Anjos da Limpeza, a presente pesquisa entende que não há na cidade uma coleta seletiva institucionalizada, assim fica claro perceber a importância que o trabalho da cooperativa desenvolve na gestão dos resíduos da cidade.

A Cooperativa Anjos da Limpeza foi formada por um grupo de catadores de materiais recicláveis que trabalhavam individualmente nas ruas da cidade e que sobreviviam da renda gerada a partir desta atividade.

No ano de 2003, o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida ligado a Igreja Católica, desenvolveu um projeto que visava auxiliar estes trabalhadores, que até então constituíam-se em um grupo de cerca de 20 pessoas sob a liderança de Kátia, uma das principais fundadoras e entusiastas do projeto.

Deste modo, com o intuito de promover uma melhor estrutura organizacional aos trabalhadores, a instituição religiosa veio a se tornar o grande parceiro da cooperativa, fornecendo a esta tanto o espaço de trabalho (terreno e galpão) como também prensas mecânicas e um caminhão para transportes dos materiais, além de também, auxiliar no processo de organização do grupo. A prefeitura da cidade não oferece nenhum apoio a cooperativa.

No dia 16 de Março de 2005 a cooperativa adquiriu CNPJ. Atualmente a iniciativa conta com 25 cooperados entre homens e mulheres, e com uma captação de renda média de 650 reais/mês.

### **3.3.8 COOPERATIVA ECOVIDA**

A cooperativa de coleta seletiva EcoVida localiza-se em Potim – SP. A cidade têm cerca de 19 mil habitantes em um território de 44km<sup>2</sup>. Até a década de 1960 Potim era uma cidade pouco habitada, com a construção de uma ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, a cidade conectou-se diretamente com Aparecida, e desde então mantêm muitos vínculos com a cidade religiosa, a grande parte de seus habitantes trabalham em Aparecida, mas moram em Potim. (Prefeitura de Potim)

A economia potinense é basicamente rural. Assim como em Aparecida, não foram encontrados dados referentes à coleta seletiva institucionalizada na cidade, sabe-se que no final do ano de 2012 iniciou-se um programa de coleta seletiva via caminhão de bairro em bairro, em alguns bairros da cidade, porém como a iniciativa ainda é recente, a presente pesquisa não conseguiu obter dados.

De acordo com a pesquisa realizada pela ABRELPE (2011), na qual cada cidadão do Estado de São Paulo produz ao dia 1,385 kg de lixo, estima-se que na cidade de Potim sejam gerados 27 toneladas de resíduos sólidos domésticos por dia.

De acordo com os membros da Cooperativa Ecovida, a iniciativa de montar a cooperativa surgiu a partir de um projeto da prefeitura que tinha a intenção de institucionalizar um grupo de catadoras que trabalhava informalmente nas ruas da cidade. Como o grupo já era considerado unido – segundo relato da assistente social da prefeitura de Potim, Rozelaine de Sá – o processo de legalização da cooperativa se deu de maneira rápida. O projeto teve início no ano de 2009, e no dia 01 de Outubro do mesmo ano foi realizada a reunião de oficialização da cooperativa como iniciativa.

A prefeitura auxilia a cooperativa, fornecendo o espaço, alguns maquinários, e cestas básicas mensais. A cooperativa conta atualmente com 12 cooperados, que obtêm uma renda média de 200 reais/mês.

A situação de fragilidade da Cooperativa Ecovida é muito grande, sabe-se que para formar-se uma cooperativa são necessários, de acordo com a Política Nacional de Cooperativismo, um mínimo de 20 pessoas; ao ser criada a cooperativa tinha 21 pessoas que foram se desligando devido a baixa rentabilidade gerada pela mesma. A cooperativa Ecovida é uma das mais novas dentre cooperativas membro da rede, e sabe-se que a formação de uma cooperativa e sua estabilidade é fruto de um processo consolidado pelo tempo; um dos ideais e propósitos do trabalho em rede é o fortalecimento do grupo, e é exatamente esta a esperança dos participantes da Ecovida, de que o grupo se fortaleça e se amplie através da experiência e do apoio adquirido via o trabalho em rede.

Município	Cooperativa	N. de cooperados	Fundação	CNPJ	Renda (R\$/mês)
Aparecida	Anjos da Limpeza	25	16/3/2005	07.632.439/0001-86	650
Guaratinguetá	Amigos do Lixo	48	4/9/2001	04.695.762/0001-00	700
Jacareí	Jacareí Recicla	38	8/8/2006	08.900.865/0001-16	500
Pindamonhangaba	Recicla Vida	18	1/2/2010	13.042.278/0001-13	300
Moreira César (distrito de Pindamonhangaba)	Moreira César Recicla	26	xx/xx/2009	13.129.530/0001-86	350
Potim	Eco Vida	12	1/10/2009	13.721.032/001-38	200
São José dos Campos	São Vicente	39	11/11/200	04.294.798/0001-82	500
São José dos Campos	Futura	110	xx/xx/2006	07.863.064/001-65	800

**Quadro 2 – Dados das cooperativas membro da rede CATAVALE**

Elaboração: (autor)

### **3.4 OLHARES SOBRE O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA REDE CATAVALE**

O marco que inicia o processo de formação da rede CATAVALE de forma legal e efetiva se dá a partir da aprovação de um projeto encaminhado à Fundação Banco do Brasil; projeto este que foi elaborado pela assistente social da prefeitura de São José dos

Campos, Maria do Carmo, e que solicitava a compra de 10 caminhões a serem utilizados nos processos de comercialização e catação dos materiais que seriam negociados via rede.

A discussão da rede havia, até o momento, feito sempre parte das pautas das reuniões do Comitê de Cooperativas do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, e também dos encontros regionais do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, que tinham nas redes ASMARE (Minas Gerais) e CATASAMPA exemplos a serem seguidos e trabalhados.

Contudo é a aprovação do projeto dos caminhões, que ocorreu no final do ano de 2010, que fez com a discussão fosse mais urgente. Para que os caminhões fossem efetivamente entregues era necessário que a rede existisse como pessoa jurídica, ou seja, que a rede existisse de forma prática, saindo do campo das idéias.

Entretanto, neste momento, faziam parte do comitê regional 14 cooperativas, que apesar de constituírem-se como cooperativa, trabalharem na catação de materiais recicláveis e venderem os mesmos, não estavam legalmente cadastradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, estas não possuíam número de CNPJ e logo não tinham permissão para emitir notas fiscais de prestação de serviços e venda de materiais de acordo com o que promove a lei de Pessoas Jurídicas.

Para que a rede fosse construída legalmente e de forma prática era necessário que todos os membros integrantes desta estivessem devidamente registrados na lei, através da aquisição de número do CNPJ. Desta forma, das 14 cooperativas participantes do comitê, apenas 8 estavam de acordo com os parâmetros legais.

Devido à urgência para a consolidação da rede que se fazia presente, uma vez que existia a necessidade de formalização legal da mesma para a entrega dos 10 caminhões aprovados no projeto da Fundação Banco do Brasil, constituíram-se como membros da rede CATAVALE as 8 cooperativas que estavam legalmente registradas, pois foi acordado que não haveria tempo hábil para que as demais cooperativas do comitê adquirissem o número de CNPJ.

Quando analisamos as cooperativas descritas anteriormente no presente trabalho e que fazem parte da atual rede, podemos observar as diferenças existentes entre elas, umas mais fortes e consolidadas, outras buscando a estabilidade.

As diferenças entre as cooperativas são decorrentes de diversos processos e contextos, não só vinculados a formação de cada uma em si e o tempo de atuação

destas, mas também em relação ao apoio que cada uma delas recebe do poder público da cidade em que estão inseridas.

O processo de formação, tempo de atuação e a cidade em que se localiza, fazem da Cooperativa Futura, da cidade de São José dos Campos, a cooperativa mais estruturada da rede. Partindo desta premissa, a Futura será a grande líder no processo de formação da rede CATAVALE, contando com grande apoio da prefeitura local.

A prefeitura de São José dos Campos tem grande destaque no que tange o manejo dos resíduos de sua cidade<sup>18</sup>, sempre apoiando as cooperativas locais e compreendendo a importância das mesmas em uma gestão integrada e sustentável dos RSU.

Com a possibilidade de constituição de uma rede que viabilizasse não só uma melhor gestão dos RSU, mas também melhores condições de vida a uma parcela da população local, a prefeitura de SJC se tornou, através do apoio a Cooperativa Futura, importante aliada das cooperativas no processo de formação da rede. A prefeitura da cidade além de possibilitar o trabalho da assistente social neste projeto na figura de uma auxiliar técnica (assim denominada pelos próprios catadores), também forneceu auxílio na prospecção de parcerias, tal como a parceria realizada com a empresa Johnson & Johnson, que por sua vez, forneceu verba para a contratação do Prof. Nemízio Antônio de Souza, especialista em cooperativismo, que se tornou peça chave no projeto, auxiliando os cooperados durante todo o processo de formalização e construção da rede CATAVALE.

Com a intenção de efetivamente formalizar a rede, tanto no âmbito prático, como no âmbito jurídico, foi estabelecida uma agenda de reuniões ao longo de todo o ano de 2011, totalizando 13 reuniões, que tinham como objetivo final construir a rede, estabelecendo assim seu estatuto social (ANEXO IV) e elegendo sua primeira gestão. Estas 13 reuniões foram realizadas no campus da Universidade Anhanguera na cidade de São José dos Campos, a prefeitura local responsabilizou-se pelo fornecimento de alimento, uma vez que as reuniões começavam no período da manhã e estendiam-se até o final da tarde.

---

<sup>18</sup> A cidade de São José dos Campos é referência nacional no que tange a gestão dos resíduos urbanos uma vez que a coleta seletiva da cidade atinge cerca de 95% da população e do município, sendo os outros 5% atendidos por ecopontos de entrega voluntária. (fonte: <http://www.sjc.sp.gov.br/cidade/caracterizacao.aspx> Acesso em 27/11/2012)

Sintetizar este processo não é tarefa simples, pois tal como salienta Ziglio (2012) a formação de uma rede não se dá de maneira fácil e sem conflitos, a mesma é fruto de árduo trabalho no qual se converge a idéia de que o trabalho em conjunto é mais proveitoso que a individualidade do mesmo.

Nas reuniões realizadas, estavam sempre presentes pelo menos três representantes de cada cooperativa participante, a assistente social Maria do Carmo Fuga, o Prof. Nemízio Antônio de Souza, e o presente pesquisador; ocasionalmente haviam mais participantes nas reuniões trazidos pelas cooperativas, ou representantes das cidades sede das cooperativas - nas reuniões acompanhadas pela pesquisa, apareceram o secretário de desenvolvimento social de SJC, o sub-prefeito de Moreira César, e representantes da Johnson & Johnson (SJC) e GERDAU (Pindamonhangaba).

Ao longo das primeiras reuniões foi debatido o conceito de rede e o que a rede poderia prover às cooperativas. Durante as discussões os participantes perceberam que o trabalho em conjunto seria muito mais proveitoso do que continuarem a trabalhar isoladamente. Tal percepção foi evidenciada no momento em que os números tanto relativos à quantidade, como também aos valores pagos pelos materiais coletados, foram colocados em xeque.

A presente pesquisa organizou um questionário, que foi preenchido pela maioria das cooperativas (das oito cooperativas participantes da rede, seis responderam o questionário), e deste modo foi possível obter diversos dados, entre estes, os números referentes a quantidade de materiais comercializados, assim como quais materiais e o preço de venda dos mesmos.

As informações fornecidas à pesquisa através do questionário foram então tabuladas, e desta forma, pode ser evidenciado a disparidade de valores praticados na venda dos materiais por cada uma das cooperativas isoladas.

Observe os quadros:

Material	Cooperativa / valores em kilograma por mês						
	Anjos da limpeza	Recicla vida	Amigos do lixo	Moreira César Recicla	São vicente	Futura	TOTAL
Papel branco 1	124			1200	800	522	2646
Papel branco 2		400				11000	11400
Papelão	12000	3663	36000	4600	10000	13718	79981
Papel misto	200	2492	15000	2680	5000	7167	32539
Revista					750	2070	2820
Jornal	20				600	700	1300
Vidro misto		3000	9000	1200	2000	7455	22655
Vidro branco	200		9500		2000		11700
Vidro Marrom	300		9800		1500		11600
PET	1230	103	2497	1650	900	400	6780
PET óleo	50	160	130		90	90	520
Alumínio	300	80	332	212	100	250	1274
Tetra Park		200	3000	1200	500	274	5174
Ferro	700		2453	3124	9000	12490	27767
Cobre			55	15	40		110
PEAD Branco	50	370	503	370	700	250	2243
PEAD Colorido	40	300	508	1117	800	200	2965
PP Branco	154	160	700	595	700	1000	3309
PP Colorido		400	357	610	750	600	2717
Copinhos (PS)	104	50	500		600	600	1854
<b>TOTAL</b>	<b>15472</b>	<b>11378</b>	<b>90335</b>	<b>18573</b>	<b>36830</b>	<b>58786</b>	<b>231354</b>

**Quadro 3- Materiais coletados e quantidade**

Elaboração: (autor)

Material	Coperativa / preço material por kilograma em reais						Diferença em reais entre os preços praticados
	Anjos da limpeza	Recicla vida	Amigos do lixo	Moreira César Recicla	São vicente	Futura	
Papel branco 1	0,30			0,20	0,47	0,90	0,70
Papel branco 2		0,20				0,50	0,30
Papelão	0,18	0,13	0,23	0,15	0,34	0,34	0,21
Papel misto	0,10	0,07	0,28	0,05	0,10	0,05	0,23
Revista					0,15	0,05	0,10
Jornal	0,25				0,15	0,10	0,15
Vidro misto		0,10	0,13	0,13	0,25	0,10	0,15
Vidro branco	0,08		0,17		0,25		0,17
Vidro Marrom	0,08		0,15		0,25		0,17
PET	1,15	1,00	1,20	1,10	1,35	0,90	0,45
PET óleo	0,20	0,30	0,45		0,60	0,20	0,40
Alumínio	3,00	2,90	3,00	3,00	2,80	2,90	0,20
Tetra Park		0,10	0,25	0,10	0,20	0,37	0,27
Ferro	0,20		0,27	0,25	0,25	0,25	0,07
Cobre			11,30	10,00	10,00	11,00	1,30
PEAD Branco	1,00	1,25	1,40	1,20	1,30	1,00	0,40
PEAD Colorido	0,80	0,75	1,00	0,90	0,90	0,85	0,25
PP Branco (copinho)	0,60	1,00	0,60	1,10	1,30	0,30	1,00
PP Colorido		0,65	0,60	0,55	0,80	0,20	0,60
Copinhos (PS)	0,05	0,20	0,25		0,60	0,30	0,55

**Quadro 4 – Preço pago por kilograma de material e diferença de preço entre o mais alto e mais baixo valor comercializado**

Elaboração: (autor)



MATERIAL	MAIOR PREÇO PAGO (R\$)	KG/MÊS/MEDIA	TOTAL ARRECADADO (R\$)
Papel branco 1	0,90	2.646,00	2.381,40
Papelão	0,34	79.981,00	27.193,54
Papel misto	0,28	32.539,00	9.110,92
Jornal	0,25	1.300,00	325,00
Vidro misto	0,25	22.655,00	5.663,75
Vidro branco	0,25	11.700,00	2.925,00
Vidro Marrom	0,25	11.600,00	2.900,00
PET	1,35	6.780,00	9.153,00
PET óleo	0,60	520,00	312,00
Alumínio	3,00	1.274,00	3.822,00
Tetra Park	0,37	5.174,00	1.914,38
Ferro	0,27	27.767,00	7.497,09
Cobre	11,30	110,00	1.243,00
PEAD Branco	1,40	2.243,00	3.140,20
PEAD Colorido	1,00	2.965,00	2.965,00
PP Branco	1,30	3.309,00	4.301,70
PP Colorido	0,80	2.717,00	2.173,60
Copinhos (PS)	0,60	1.854,00	1.112,40
<b>TOTAL</b>	<b>24,51</b>	<b>217.134,00</b>	<b>88.133,98</b>

**Quadro 5- simulação de total arrecadado pelos principais materiais se eles fossem vendidos em rede pelo maior preço de comercialização**

Elaboração: (autor)

Ao visualizarem os dados tabulados, os membros da rede perceberam a riqueza da troca de informações, uma vez que a partir desta troca foi possível perceber a disparidade comercial entre as cooperativas, não só referentes a valores financeiros, mas também ao volume de material, e logo identificaram a força que os mesmos teriam se a comercialização fosse feita via rede, uma vez que comercializando junto tanto o volume seria maior tal como também o poder de negociação de valores pagos a este material, pois eles, agora, poderiam vender seus materiais direto a indústria transformadora, eliminando intermediários, e até mesmo conseguindo preços maiores que os atuais praticados.

Após consolidada a discussão sobre o papel de uma rede de cooperativas de catadores e as vantagens que os participantes teriam mediante o trabalho em conjunto, as reuniões tomaram um foco prático no sentido de construção de um Estatuto Social que regulasse a rede.

Durante a elaboração do estatuto as diferenças culturais e individuais de cada participante e de cada cooperativa apareceram, e assim, através de discussões e divergências de opiniões foi possível identificar outro elemento importante e que é

inerente ao trabalho em rede, sendo este, o crescimento pessoal e intelectual dos participantes.

Anteriormente, no início das reuniões, muitos dos participantes não se manifestavam ou então sentiam certo desconforto quanto a propor idéias e/ou expressar opiniões; já ao final do processo estes não eram mais os mesmos, uma vez que estes se tornaram mais ativos expressando-se e participando de forma efetiva nas reuniões.

De acordo com a visão da presente pesquisa, e o que tange a formação da rede e os benefícios que ela traz aos seus membros, o vigor da mudança de postura dos participantes é considerado uma das maiores realizações do processo de formação da rede, pois este resultado vem a corroborar com os princípios do desenvolvimento local integrado e sustentável reforçando a importância da figura do “cidadão-gestor”, ou seja,

“(…) um cidadão bem informado, ciente não só de seus direitos como também de seus deveres, que protagoniza a construção de seu próprio destino, um cidadão que não reivindica somente, mas faz e decide.” (BUSATTO & FEIJÓ<sup>19</sup>, 2006, p. 26; apud. KRONENBERG, 2011, p.37)

No final do ano de 2011, e ao término das reuniões, a formação da Rede de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, a CATAVALE, foi consolidada, seu estatuto foi construído, sua primeira gestão eleita e os documentos necessários para a confecção do CNPJ foram encaminhados.

No dia 5 de julho de 2012, na Casa do Idoso de São José dos Campos, ocorreu uma solenidade na qual foram entregues à rede CATAVALE os 10 caminhões conseguidos através do projeto aprovado pela Fundação Banco do Brasil.

---

<sup>19</sup> BUSATTO, C. & FEIJÓ, J. A era dos vagalumes: o florescer de uma nova cultura política. Canoas: Ulbra, 2006.



**Figura 10 – Fotografia em uma das reuniões de formação da rede CATAVALE**  
Fonte: (autor – local Cooperativa Moreira César Recicla)

## PARTE 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos dois anos de pesquisa realizada, muito se pode observar tangente ao processo de formação da rede CATAVALE.

A pesquisa identificou no processo de formação da rede dois aspectos: um referente aos benefícios oferecidos pela rede aos participantes da mesma; e outro referente às conseqüências do trabalho prestado pela rede a toda à sociedade civil no que tange o gerenciamento dos RSU.

A profissão de catador de material reciclável no atual cenário nacional, apesar de ter melhorado em relação ao passado, ainda é considerada uma profissão cujos trabalhadores se encontram, em sua grande maioria, em situação de informalidade, e logo, de fragilidade devido à ausência de seguridade social.

Durante os procedimentos de pesquisa foi possível perceber que a profissão de catador se apresenta aos trabalhadores não como uma escolha, mas sim como uma necessidade, uma vez que esta lhes é uma das poucas opções legais<sup>20</sup> oferecidas de trabalho e renda.

Sendo assim, a organização dos catadores em cooperativas, e ainda mais em nível de rede, dá aos trabalhadores não apenas melhores condições de trabalho, mas também segurança e acima de tudo traz a estes homens e mulheres visibilidade, uma vez que estes agora são empresários. Destarte, como empresário, o catador se empodera e toma controle de sua vida, podendo assim vislumbrar um futuro melhor para ele próprio e seus familiares.

Para a pesquisa, a organização em forma de rede vem a corroborar com o cenário nacional e regional no qual o projeto da rede CATAVALE se insere, isto devido não só a PNRS, que prevê a inserção sócio-econômica dos catadores de materiais recicláveis assim como uma gestão efetiva dos resíduos sólidos urbanos; mas também pela recente institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, que pretende integrar a gestão de alguns serviços, e dentre estes, os referentes aos RSU.

A organização das cooperativas de catadores em rede, propicia aos membros e a organização em si, melhores condições de trabalho e de acesso à recursos tanto

---

<sup>20</sup> Por legal, aqui, entende-se como aquela profissão que não incide em crime.

econômicos como intelectuais únicos, ou seja, se estes não estivessem organizados de forma coletiva pode-se inferir que seria mais complicado à estes trabalhadores terem acesso à tamanhos recursos e parceiros, uma vez que, através do compartilhamento de experiências e informações advindas do trabalho em rede, a visão de gestão dos cooperados foi ampliada, além de o poder de negociação dos mesmos ser maior devido ao volume de material negociado.

Deste modo, a presente pesquisa entende que o grande benefício que o processo de formação da rede CATAVALE traz aos catadores deste projeto, além da perspectiva econômica, consiste no resgate de seus papéis de cidadãos, agora os catadores tem voz e visibilidade, a rede tira estes trabalhadores das sombras e os traz à luz.

Que o trabalho em rede beneficia os catadores de materiais recicláveis nós sabemos, entretanto, como a formação de uma rede de catadores pode ser relevante ao meio ambiente e à gestão dos RSU?

A produção brasileira de RSU segundo dados da ABRELPE (2001) no ano de 2011, foi de cerca de 62 milhões de toneladas. A região de abrangência da rede CATAVALE, sendo esta, as cidades de Aparecida, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, Potim e São José dos Campos, produzem o equivalente a aproximadamente 1% do valor total nacional.

Quando nos referimos a gestão dos RSU de uma cidade identificamos que esta é uma questão de responsabilidade formal do poder local, ou seja, das prefeituras. Com a aprovação da PNRS os governos das cidades e Estados devem se unir com o intuito de desenvolverem uma gestão integrada e sustentável dos resíduos, cumprindo assim, as metas propostas por tal política, tais como a extinção dos lixões até o ano de 2014; a implementação de programas eficazes de coleta seletiva que atinjam 100% da população; incentivo e apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e etc.

Ao observarmos os dados apresentados no Quadro 3 da presente pesquisa, referente a quantidade de material coletado por mês nas 8 cooperativas juntas, vemos o número de 231 toneladas, um número alto, principalmente quando comparado ao número total de cooperados que coletam estes materiais, o total de 316 pessoas, ou seja, em média cada catador coleta e separa por mês 700kg de material reciclável.

A formação da rede CATAVALE tende não só a fortalecer as cooperativas participantes, mas também de se ampliar, aceitando a associação de novas cooperativas.

Deste modo o número de materiais hoje coletado e negociado é apenas uma amostra do que a rede pode vir a fazer, pois ela pode fazer muito mais pela região.

A formação da rede CATAVALE, a princípio, pode parecer algo que beneficia apenas os membros participantes dela, ou seja, os catadores, porém esta é uma visão diminuta se sua amplitude. O maior benefício do trabalho da rede CATAVALE atinge toda a sociedade civil, e este é o do trabalho em prol de uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos, gestão esta que é essencial para o prolongamento da vida na biota.

A formação da rede CATAVALE, no presente trabalho descrita, é um exemplo a ser seguido de como catadores, sociedade civil, poder público e iniciativa privada podem trabalhar em prol de um planeta mais sustentável.

Desta forma, assim como prevê a teoria de desenvolvimento local sustentável e integrado, a organização em rede não só amplia o empoderamento social dos agentes, mas também atua sobre o ambiente em que vivemos num diálogo glocal, ou seja, há uma comunicação intermitente entre o local e o global, e vice-versa, fazendo com que o sucesso deste empreendimento seja difundido e sentido por toda a sociedade, assim como também constantemente aprimorado.

No decorrer da pesquisa, acompanhando e analisando o processo de formação da rede CATAVALE, foi percebido o diferencial que a formação de uma rede pode fazer para seus participantes e para a sociedade civil como um todo, como referenciado anteriormente.

Contudo, em um olhar crítico, podemos retomar o processo no seu início, quando faziam parte do Comitê de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba, 14 cooperativas. Como dentre estas 14 cooperativas apenas 8 possuíam CNPJ?

Esta indagação fez a pesquisa refletir não apenas na diferença acima citada, mas também sobre a diferença destacada entre as próprias cooperativas participantes da rede, umas muito consolidadas enquanto outras tão frágeis.

Os motivos para as divergências entre as cooperativas podem aparecer de maneiras distintas relacionadas ao processo de formação em si, a mobilização dos catadores, e à intensidade do apoio que estas recebem de instituições públicas e privadas.

Entretanto, de acordo com a pesquisa, o motivo que demonstra um diferencial no que tange ao sucesso do empreendimento de uma cooperativa de catadores é o apoio que esta recebe do poder público local. Sendo apoiada pelo poder público a iniciativa é legitimada, fazendo com que instituições privadas reconheçam a importância e o valor deste empreendimento, e assim estabeleçam novas parcerias que por sua vez irão fortalecer a estruturação da cooperativa.

Logo, o destaque dado a Cooperativa Futura da cidade de SJC, como sua liderança no processo de formação da rede, ser esta a única cooperativa no Brasil com ISO 8000, não é fruto do acaso, mas do trabalho em conjunto entre catadores, sociedade civil, iniciativa privada e poder público.

São José dos Campos é a maior cidade e conta com o maior PIB da região do Vale do Paraíba, além de abrigar as maiores empresas não só da região, mas também do Brasil, tais como Embraer, GM e Johnson & Johnson. Logo existe a necessidade de que a cidade tenha uma boa infra-estrutura para receber e manter essas empresas na região e assim continuar a desenvolver sua economia.

A parceria da prefeitura de SJC com a Cooperativa Futura aparece como parte de um programa comprometido de gerenciamento de RSU na cidade, e conseqüentemente de melhorias na infra-estrutura local. Hoje a cidade conta com coleta seletiva e de lixo atingindo 100% da população e é um exemplo quanto ao manejo sustentável de seus RSU.

O diferencial desta parceria consiste em como a prefeitura vê a cooperativa. O poder público da cidade compreende que para a uma gestão sustentável dos RSU, a cooperativa precisa também ser forte, estruturada, consolidada, passando assim segurança e confiança na prestação de seus serviços. A compreensão desta necessidade pela prefeitura fez desta o grande parceiro da cooperativa, e hoje, a cooperativa é um grande parceiro da prefeitura no manejo dos RSU.

Assim sendo, de acordo com o exemplo dado pela parceria entre prefeitura local e cooperativa, a presente pesquisa entende que para uma efetiva GIRS de acordo com a PNRS, faz-se necessário que as prefeituras das cidades tenham um programa de resíduos sólidos engajado, no qual as prefeituras enxerguem as cooperativas para além dos programas sociais, ou seja, que elas enxerguem nas cooperativas de catadores parceiros importantes na gestão de seus resíduos e no desenvolvimento da economia local.

A pesquisa entende que a formação da rede CATAVALE tende a contribuir com este processo, uma vez que a rede faz com que as cooperativas tenham mais força e visibilidade. O que se espera desta iniciativa é que ela extrapole as fronteiras de suas cidades, se expanda sobre todo o Vale do Paraíba e promova em toda a região uma GIRS, tornando-se assim um exemplo a ser seguido para todo o país.



## 5 - REFERÊNCIAS

ABREU, M.F. **Do lixo a cidadania – estratégias para ação**. Brasília: Caixa, 2001.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ADEODATO, S. **Política Nacional de Resíduos Sólidos – A lei na prática**. Disponível em: [www.cempre.org.br/download/pnrs\\_leinapratica.pdf](http://www.cempre.org.br/download/pnrs_leinapratica.pdf). Acesso em: 11/04/2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Panorama de resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2011.

BANDEIRA, E. e SANTOS, V.T.A. **Desenvolvimento local: sustentabilidade ou subordinação**. Disponível em: [http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho\\_35.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_35.pdf). Acesso em: 23/10/2012.

BRASIL. **Lei Nº12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União. Brasília – DF, 2010.

BORBA, M.P.; OTERO, P (Coord.). **Plástico: 5 elementos**. In: Coleção consumo sustentável e ação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4ªed. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2003.

CANEVACCI, M. **Sincretismos: uma exploração sobre as hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel – Instituto cultural ítalo-brasileiro, 1996.

CARVALHO, J.M.G. **O mercado das sombras e das sobras: uma análise a cerca do processo da reciclagem na cidade de Marília-SP.** Trabalho de conclusão de curso. UNESP-FFC. Marília-SP, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. **Pesquisa Ciclosft 2010.** Disponível em: [http://www.cempre.org.br/ciclosft\\_2010.php](http://www.cempre.org.br/ciclosft_2010.php). Acesso em: 20/02/2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Ciclosft 2012.** Disponível em: [http://www.cempre.org.br/ciclosft\\_2012.php](http://www.cempre.org.br/ciclosft_2012.php) . Acesso em: 17/ 10/2012.

DIB-FERREIRA, D.R. **As diversas visões do lixo.** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em ciência ambiental.Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Aurélio **Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** SÃO PAULO: Folha de São Paulo, 1995.

FIGUEIREDO, P.J.M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** 2ª ed. Piracicaba – SP: Unimep, 1995.

GALBIATI, A.F. **O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos e a reciclagem.** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. V.8, jun.2005, Disponível em: <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf> . Acesso em: 15/03/2012.

GONÇALVES, P. **Lixo.** Disponível em: [www.lixo.com.br](http://www.lixo.com.br). Acesso em: 23/08/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **CENSO 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOMINSKY, E. **Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia**. In: *Ciência e cultura* n. 38. São Paulo, 1986, p.30-36.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: SENAC, 2011.

LANG, A.B.S.G. **História Oral: procedimentos e possibilidades**. In: *Desafio da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, CERU Nº 8, 2001.

LINO, H.F.C. **A indústria da reciclagem e a questão ambiental**. Tese de doutoramento em História Econômica, Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento do cotidiano**. Lisboa: Veja, 1987.

MAGERA, M. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas-SP: Átomo, 2003.

MACEDO, K.B e MEDEIROS, L. F. R. **Catador de material reciclável; uma profissão para além da sobrevivência?** In: *Psicologia & Sociedade*; 18(2): ma./ago. Goiás, 2006, p.62-71.

MARTINS, R.B.F. e CALEIRO, M.M. **A Vila é o Mundo: o seriado “Chaves” como expressão do conceito de glocalidade**. In: XVII Congresso de Ciências e Comunicação na Região Sudeste. Ouro Preto-MG, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. O que é rede? Disponível em: [portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar\\_p085\\_86.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p085_86.pdf) . Acesso em: 11/01/2013.

MOTA, A . V. **Do lixo a cidadania**. In: Revista Democracia viva, nº 27, jun/jul. Rio de Janeiro, 2005, pp.3 –8.

MOUÇOUÇA, P.S. **A coleta seletiva do lixo**. São Paulo: Polis, out./1990.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). <http://www.mncr.org.br/>. Acesso em: 05/ 05/2012.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: introdução às suas técnicas**. 2ªed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo**. Disponível em: [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br) . Acesso em: 10/01/2012

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Geninfo:Conference on Environment and Development 2010**. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/author/ambientebrasil> . Acesso em: 10/05/2012.

PEREIRA, T. U. **A miséria e a opulência do lixo: a realidade dos catadores de materiais recicláveis em Marília**. Trabalho de conclusão de curso de ciências sociais. Marília: UNESP-FFC, 2002.

PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ. **Plano de saneamento básico, de limpeza urbana e de manejo se resíduos sólidos de Guaratinguetá**. Disponível em: [http://saeg.guaratingueta.sp.gov.br/saeg/media/PLANOS\\_MUNICIPAIS/plano\\_residuos.pdf](http://saeg.guaratingueta.sp.gov.br/saeg/media/PLANOS_MUNICIPAIS/plano_residuos.pdf) . Acesso em: 11/01/2013.

PORTILHO, F. **Representações sociais de profissionais do lixo**. Disponível em: [http://www.cfch.ufrj.br/jor\\_p4/repso2/potilho.html](http://www.cfch.ufrj.br/jor_p4/repso2/potilho.html) . Acesso em: 24/06/2008.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização – a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PREFEITURA DE APARECIDA. Disponível em: [www.aparecida.sp.gov.br](http://www.aparecida.sp.gov.br) .Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ. Disponível em: [www.guaratingueta.sp.gov.br](http://www.guaratingueta.sp.gov.br). Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE JACAREÍ. Disponível em: [www.jacarei.sp.gov.br](http://www.jacarei.sp.gov.br) .Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA. Disponível em: [www.pindamonhangaba.sp.gov.br](http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br) . Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE POTIM. Disponível em: [www.potim.sp.gov.br/site/](http://www.potim.sp.gov.br/site/). Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em: [www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br) . Acesso em: 10/01/2013.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. In: Biblioteca Básica de Ciências Sociais. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1991.

REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR. **Rede**. Disponível em: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Acesso em: 10/01/2013.

RIBEIRO, T. F. e LIMA, S. C. **Coleta seletiva de lixo domiciliar – estudo de casos**. Uberlândia: Caminhos de Geografia - Revista on line Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dez./2000. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15253/8554>. Acesso em: 03/04/2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio De Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. C. L. . Vivendo das **Sobras. A cultura do desemprego e o catador de papel**.. In: Jorge Vicente Munoz. (Org.). O catador de papel e o mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2000, v. 1, p. 37-47.

SEBRAE, **Cadeia produtiva de produtos reciclados: cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife, 2008. Disponível em: <http://177.52.17.17:8030/downloads/Reciclados.pdf> . Acesso em: 08/09/2012.

SIEBER, W. **Los actores em la dimensión local**. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. (editor). Manual de Desarrollo Local. Gíjon: Trea, 1999, p. 445-458. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2907416> . Acesso em: 23/10/2012.

SINGER, P. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**.In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28.

SOBRINHO, C. A. **Resíduos sólidos urbanos e a questão ambiental: uma contribuição das ciências sociais**. Trabalho de conclusão de curso de ciências sociais. Marília: UNESP – FFC, 2001.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Seja o primeiro a saber: a CNN e a globalização da informação**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

TRIVINHO, Eugênio. **A cidade na civilização midiática avançada: glocalização dromocratização e transpolitização da experiência urbana contemporânea**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-11, jul/dez 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4259> . Acesso em: 13/10/2012.

ZIGLIO, L. **Redes socioambientais e a cooperação internacional: GARSD**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2012.

\_\_\_\_\_. **O mercado da reciclagem de papel no município de São Paulo – BR**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v.6, n.119, 2002. Disponível em: [www.eb.edu/geocrit/sn/sn119-33.htm#ziglio](http://www.eb.edu/geocrit/sn/sn119-33.htm#ziglio) . Acesso em: 12/10/2012.

## ANEXO I

### **Roteiro de Relato Oral**

- Como você começou a trabalhar como catador?
- Como você conheceu a cooperativa?
- Você gosta de trabalhar na cooperativa? Por quê?
- Qual sua opinião sobre a formação da rede CATAVALE?
- O que é uma rede?
- Qual a contribuição do seu trabalho para o meio ambiente?



## **ANEXO II**

### **Roteiro para entrevistas**

#### **Setor Público**

- Qual a geração de RSU na cidade?
- Como é tratada a questão dos RSU na sua cidade?
- A cidade possui coleta seletiva de recicláveis?
- A prefeitura conhece iniciativas de cooperativas de catadores de recicláveis na cidade?
- A Prefeitura apóia cooperativas de catadores? Como?
- O que a prefeitura esta fazendo para se adaptar a PNRS?
- A prefeitura conhece a iniciativa da rede CATAVALE? Se sim, qual a posição da prefeitura perante este projeto?
- Como a prefeitura acha que cooperativas, e agora a rede de cooperativas podem ajudar na gestão dos RSU?

#### **Setor Privado**

- Qual é a preocupação da empresa com o meio ambiente?
- Quais são os programas que a empresa tem relacionados ao meio ambiente?
- Qual é a política da empresa quanto ao gerenciamento dos resíduos?
- Levando em consideração aprovação da PNRS, o que a empresa esta fazendo para se adequar?
- A empresa apóia iniciativa de cooperativas de catadores de materiais recicláveis? Como?
- Qual a opinião da empresa em relação à construção da rede CATAVALE?

## **ANEXO III**

### **FORMULÁRIO/ QUESTIONÁRIO COOPERATIVAS**

#### **CENTRAL DE COOPERATIVAS DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE**

Este formulário deve ser preenchido e entregue à Dona Bete ou Rute da cooperativa FUTURA até o dia 20/10/2011 na reunião do Comitê. Junto ao formulário devem ser entregues os seguintes documentos (adquiridos através do contador de cada cooperativa):

**Estatuto Social**

**Inscrição Estadual e Municipal**

**Ata de Constituição da Cooperativa**

**Certidão Negativa de Débitos**

**INSS**

**CNPJ**

Nome da Cooperativa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Site: \_\_\_\_\_

Número de cooperados: \_\_\_\_\_

Homens: \_\_\_\_\_

Mulheres: \_\_\_\_\_

Média de idade dos cooperados: \_\_\_\_\_

Maquinário:

Próprio: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Emprestado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Espaço: Dado ( ) Emprestado ( ) Por quem? \_\_\_\_\_

Renda média do cooperado por mês: R\$ \_\_\_\_\_

Benefícios oferecidos:

Cesta Básica ( ) Por quem? \_\_\_\_\_

Refeições – Café da manhã ( ) almoço ( ) lanche ( ) jantar ( )

Por quem? \_\_\_\_\_

INSS ( )

Outros ( ) Quais? \_\_\_\_\_

Por quem? \_\_\_\_\_

Instituições de Apoio:

---

---

Como apóiam? \_\_\_\_\_

---

---

Pendências Financeiras: Não ( ) Sim ( ) Quais?

---

Composição do Conselho Administrativo ( Nome completo e atribuição):

---

---

Composição da Diretoria (Nome completo e atribuição):

---

---

---

---

Informações sobre materiais e preços:

<b>Tipo de Material</b>	<b>Qual o valor de venda?</b>	<b>Média mensal de produção (Kg/ Ton)</b>
Papel branco 1		

Papel branco 2		
Papelão		
Papel misto		
Revista		
Jornal		
Vidro misto		
Vidro branco		
Vidro Marrom		
PET		
P2		
Alumínio		
Tetra Park		
Ferro		
Cobre		

## **ANEXO IV**

### **ESTATUTO SOCIAL**

#### **REDE CATAVALE - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS LTDA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA, PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL**

**Art. 1º** - A REDE CATAVALE – Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis, sociedade civil de responsabilidade limitada, constituída em 04 de novembro de 2011, nos termos da Lei 5.764/71 e legislações em vigor, rege-se pelo presente Estatuto sendo:

- I. Sede e Administração na Avenida Dr. Loyd Figueiredo Pereira da Rocha, Cícero Prado, Subdistrito Moreira César, Pindamonhangaba, Estado de São Paulo;
- II. Foro jurídico na comarca de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo;
- III. Área de ação, para efeito de admissão de Cooperativas de Catadores, abrangendo o Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, Estado de São Paulo;
- IV. Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO OBJETO SOCIAL E OBJETIVOS**

**Art. 2º** - A REDE CATAVALE, com base na colaboração recíproca a que se obrigam suas filiadas, tem por objeto social: Coletar, beneficiar, transformar, industrializar, comercializar e prestar serviços com produtos recicláveis e reutilizáveis de suas filiadas, apoiando no seu desenvolvimento social e econômico.

Parágrafo Único - Para a consecução de seus objetivos sociais, a REDE CATAVALE, na medida das suas possibilidades e respeitando a autonomia das entidades a ela filiadas, deve:

- a) promover o fortalecimento das filiadas por meio do desenvolvimento de ações que objetivem a busca de novos mercados e de melhores preços;
- b) funcionar como entidade facilitadora no processo de capacitação de recursos humanos, produção e comercialização de suas filiadas;

- c) promover pesquisas de preços para os produtos comercializados;
- d) buscar medidas que tenham por fim a eliminação de intermediários e a melhoria das condições de trabalho de suas filiadas;
- e) buscar alternativas para a promoção da assistência social, educação, saúde, cultura, lazer e a habitação para os cooperados das filiadas;
- f) prestar apoio na elaboração de projetos e na captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de seus objetivos;
- g) promover, estimular, propor e defender, junto aos poderes públicos constituídos, leis e medidas que permitam o desenvolvimento harmônico das filiadas;
- h) participar, junto aos poderes municipais, estaduais e federal, do estabelecimento de critérios que definam direitos, deveres e obrigações das entidades de Catadores, procurando manter representação nas entidades e órgãos colegiados que estabelecem políticas econômicas e sociais do segmento;
- i) representar e defender os interesses das filiadas e, em particular, os direitos e aspirações de seus cooperados;
- j) desenvolver projetos ambientais, que tenham por fim a promoção, a proteção, a preservação e a sustentação ambiental, tendo como alvo as suas filiadas e a comunidade em geral;
- k) apoiar, incentivar e orientar a criação de entidades de Catadores e promover o estreitamento das relações entre suas filiadas;
- l) colaborar e orientar as filiadas, no sentido de que as mesmas tenham uma estrutura mínima, afim de bem representar os interesses de seus cooperados;
- m) promover e incentivar a solidariedade e a união entre as filiadas e entidades congêneres dos Estados da Federação, que venham a colaborar para os objetivos da REDE CATAVALE.

**Art. 3º** - O campo de trabalho da REDE CATAVALE inclui o planejamento, a organização, o controle, o assessoramento, o fomento e a execução de ações, nas áreas econômica, social, tecnológica, educacional, cultural, científica e ambiental, por meio de:

- I – promoção, organização, realização, apoio e coordenação de feiras, exposições, congressos, seminários, cursos, oficinas, fóruns e outros eventos que visem à promoção das Filiadas;
- II – coordenação e divulgação, em veículos de comunicação, de programas informativos e educacionais, voltados às entidades de Catadores, bem como a elaboração e edição de manuais técnicos, perfis gerenciais, programas de computação e outras publicações de interesse do segmento;
- III - elaboração e execução de projetos voltados à consecução dos objetivos da REDE CATAVALE;
- IV – convênios e parcerias com empresas e órgãos da administração pública e privada, no sentido de garantir às filiadas melhores condições e facilidades, bem como manter a estrutura e os serviços da REDE CATAVALE;

### CAPÍTULO III

## **DO CAPITAL SOCIAL**

**Art. 4º** – O Capital Social da REDE CATAVALE é ilimitado quanto ao máximo variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

§ 1º - O valor nominal e unitário de cada quota-parte é de R\$ 1,00 (Um Real);

§ 2º - Cada cooperativa singular associada integralizará 200 (duzentas) quotas partes, totalizando um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), em até 02 (duas) parcelas iguais.

§ 3º - As quotas-partes, depois de integralizadas, poderão ser transferidas total ou parcialmente entre as filiadas, mediante autorização do Conselho de Administração.

**Art. 5º** – O capital integralizado pela cooperativa a REDE CATAVALE renderá juros de até 12% (doze por cento) ao ano, creditados, no máximo em trinta dias após a Assembleia Geral Ordinária, desde que haja sobras a receber pela filiada.

**Art. 6º** – A subscrição de capital das cooperativas singulares filiadas será feita de acordo com as necessidades de investimentos e capital de giro da REDE CATAVALE, decorrentes de seu programa anual de operações, observando o volume de negócios das filiadas com a REDE CATAVALE.

§ 1º – O capital mínimo subscrito pelas cooperativas singulares filiadas é de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo que nenhuma subscrição poderá ser superior a 1/3 (um terço) do capital social da REDE CATAVALE.

§ 2º – É vedada a cessão de quotas partes de capital a terceiros, estranhos a REDE CATAVALE.

**Art. 7º** – A queda no volume de transações entre as filiadas e a REDE CATAVALE não obriga esta a reduzir o valor do capital subscrito nem a retornar parte do capital integralizado por aquela.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS FILIADAS, DIREITOS E DEVERES**

**Art. 8º** - Poderão associar-se a REDE CATAVALE as Cooperativas de Catadores com sede no Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, desde que legalmente constituídas e em plena e comprovada atividade, atendendo as seguintes exigências:

- a) Apresentar pedido de filiação em formulário específico, acompanhado de exemplar de seu Estatuto Social, devidamente registrado, cópia do CNPJ, ata de eleição e/ou posse dos conselhos e diretoria em exercício, bem como cadastro atualizado dos associados, para análise e aprovação do Conselho de Administração;
- b) Estar com a documentação atualizada e sem pendências tributárias e judiciais;



- c) Ter no mínimo 01 (um) ano de existência;
- d) Participar e ser atuante junto ao Comitê Catavale, que integra o Movimento Nacional dos Catadores.

**Art. 9º** – As Filiadas serão representadas junto a REDE CATAVALE por 03 (três) membros, sendo o presidente e outros 02 (dois) associados em dia com as obrigações sociais, indicados pelo Conselho de Administração.

§ 1º – As filiadas que não tiverem Conselho de Administração, a indicação será feita pela Diretoria Executiva.

§ 2º - Todos os representantes terão direito de voz e voto.

**Art. 10** - Os membros representantes das filiadas compõem a Assembleia Geral e participam do processo eleitoral, podendo apresentar propostas, discutir e votar, bem como usufruir de todos os benefícios decorrentes do trabalho da REDE CATAVALE.

Parágrafo Único - As filiadas poderão apresentar e/ou defender candidatos a cargos eletivos da REDE CATAVALE, respeitando sempre as disposições deste Estatuto e as regras estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Comissão Eleitoral.

**Art. 11** – As filiadas poderão recorrer contra atos e deliberações da Diretoria Executiva que contrariem direitos expressamente assegurados na legislação e neste Estatuto, apresentando recurso junto ao Conselho de Administração e/ou solicitando apuração do Conselho Fiscal.

**Art. 12** – São deveres fundamentais das filiadas, cumprir e fazer cumprir as determinações do presente Estatuto e buscar alcançar os objetivos da REDE CATAVALE.

Parágrafo Único – As filiadas a REDE CATAVALE deverão respeitar as deliberações estabelecidas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

**Art. 13** – As filiadas, a título de auxílio na manutenção das atividades, recolherão, pontualmente, uma mensalidade e também percentual sobre as transações realizadas, a favor da REDE CATAVALE, cujos valores serão fixados pela Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 14** – A REDE CATAVALE terá os seguintes órgãos sociais:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal.

## SEÇÃO I

### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 15** - A Assembleia Geral é órgão soberano da REDE CATAVALE.

§ 1º – As Assembleias Gerais serão formadas pelas filiadas, através dos seus representantes.

§ 2º – Cada representante das filiadas terá direito a um voto por assunto em pauta.

**Art. 16** – As Assembleias Gerais serão convocadas e presididas pelo Presidente da Diretoria Executiva.

§ 1º – Poderá também ser convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) das filiadas que estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

§ 2º – Quando não for convocada pelo Presidente da Diretoria Executiva, a Assembleia Geral será presidida e secretariada por representantes das filiadas que serão escolhidos no momento do ato.

§ 3º – As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante editais afixados em locais apropriados, publicação em jornal e comunicação as filiadas por intermédio de circulares.

§ 4º – O edital de convocação para Assembleia Geral deverá conter dia, hora e local de realização, bem como os itens que compõem a pauta.

**Art. 17** – A Assembleia Geral funcionará e deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) das entidades filiadas a REDE CATAVALE, em pleno gozo de seus direitos, em primeira convocação, e com, no mínimo, 1/3 (um terço) em segunda convocação, com 30 (trinta) minutos de intervalo entre uma e outra.

§ 1º – As duas convocações poderão ser feitas em um único edital desde que contenha, expressamente, prazos para cada uma delas.

§ 2º – As votações poderão ser por declaração de voto, ou, a critério da Assembleia, por voto secreto.

§ 3º – Para deliberações das Assembleias, será adotado o critério de maioria simples dos votos.

§ 4º – Fica determinado ao Secretário da Diretoria Executiva o registro em Ata circunstanciada das Assembleias Gerais, bem como o registro das presenças em livro próprio.

## SUBSEÇÃO I

### DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

**Art. 18** – A Assembleia Geral Ordinária se reunirá 01 (uma) vez por ano, entre os meses de janeiro a março.

**Art. 19** – Compete a Assembleia Geral Ordinária discutir, deliberar e aprovar, os seguintes assuntos:

- I. prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
  - a) relatório da gestão;
  - b) balanço;
  - c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.
- II. orçamento do exercício seguinte;
- III. plano de atividade ou planejamento estratégico da Diretoria Executiva;
- IV. eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;
- V. quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- VI. outros assuntos de interesse da REDE CATAVALE e que lhe são atribuídos por este Estatuto.

## SUBSEÇÃO II

### DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**Art. 20** – A Assembleia Geral extraordinária se reunirá sempre que for necessário, por convocação do Presidente da Diretoria Executiva, ou nos casos previstos no § 1º do art. 16 deste Estatuto.

**Art. 21** - A Assembleia Geral Extraordinária poderá discutir, deliberar e aprovar quaisquer assuntos de interesse da REDE CATAVALE, em especial sobre:

- I. reforma do estatuto;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto da sociedade;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V. contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

## **CAPITULO VI**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 22** - A REDE CATAVALE será administrada por um Conselho de Administração, composto por 01 (um) membro de cada filiada, tendo como número de membros do Conselho o mesmo número de filiadas e por uma Diretoria Executiva composta por 04 (quatro) membros.

Parágrafo Único - Todos os membros deverão ser eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, sendo obrigatória, ao término do mandato, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

**Art. 23** – No processo eleitoral serão apresentadas, separadamente, chapas para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Não podem compor os órgãos de Administração parentes entre si, até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, afins e cônjuge.

**Art. 24** - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos por crime falimentar, de prevaricação, suborno, peculato, concussão, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

**Art. 25** - O Conselho de Administração terá as seguintes atribuições:

- I. Reúnir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, com a Diretoria Executiva para tratar de assuntos de interesse REDE CATAVALE.
- II. Decidir sobre casos omissos, assim como cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
- III. Deliberar e referendar a filiação de novas cooperativas singulares;
- IV. Dar diretrizes a Diretoria Executiva sobre os negócios de interesse da REDE CATAVALE, bem como planejar e fixar normas para as operações e serviços da Central e controlar os resultados.
- V. Ter acesso a prestação de contas elaborado pela Diretoria Executiva.

§ 1º - Em caso de vacância de mais de 1/3 do Conselho de Administração, será

convocado Assembleia Geral para o devido preenchimento, devendo os escolhidos exercer mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores.

### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 26** - A Diretoria Executiva é o órgão de gestão administrativa da REDE CATAVALE.

**Art. 27** - Compõe a Diretoria Executiva:

- I. 01 (um) Presidente;
- II. 01 (um) vice presidente;
- III. 01 (um) Secretário;
- IV. 01 (um) Secretário suplente.

**Art. 28** - Os membros eleitos para os cargos de Presidente e Secretário, não poderão exercer cumulativamente, cargos na Diretoria Executiva das filiadas.

§ 1º - O *caput* deste artigo, não se aplica na eleição de constituição da REDE CATAVALE.

§ 2º - O vice presidente e suplente que assumirem os respectivos cargos, em substituição aos titulares, se comprometem em atuar obedecendo o disposto neste Estatuto Social.

§ 3º - Os membros da Diretoria Executiva, não podem exercer mais de 02 (dois) mandatos consecutivos no mesmo cargo.

§ 4º - Os cargos de vice presidente e de Secretário Suplente não terão funções específicas, exceto a de substituir o Presidente e Secretário, respectivamente, em caso de afastamento temporário ou vacância de cargo.

**Art. 29** - A Diretoria Executiva reúne-se ordinariamente uma vez por mês com o Conselho de administração.

§ 1º - Perderá automaticamente o cargo de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva aquele que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas.

§ 2º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa, dolo ou contrário ao que estabelece este Estatuto e às deliberações da Assembleia Geral.

**Art. 30** - Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto:

- I. executar as atividades da REDE CATAVALE para a consecução de seus objetivos;
- II. administrar as rendas e os bens e zelar pelo patrimônio da REDE CATAVALE;
- III. apresentar anualmente, até o final de março, na Assembleia Geral Ordinária, o balanço e a prestação de contas de cada exercício;
- IV. submeter ao Conselho Fiscal, semestralmente, os balancetes financeiros mensais e, anualmente, os balanços gerais e demonstrativos de resultados para emissão do parecer;
- V. propor à Assembleia Geral a reforma ou alteração do presente Estatuto, bem como a criação e extinção de cargos da Diretoria Executiva;
- VI. encaminhar ao Conselho Fiscal os assuntos competentes ao mesmo e assessorá-lo em suas tarefas;
- VII. Apresentar o valor das contribuições sociais;
- VIII. zelar pelo cumprimento da legislação em vigor, o Estatuto Social e Regimento Interno, quando houver;
- IX. orientar o desenvolvimento do planejamento estratégico da REDE CATAVALE, fiscalizando suas ações;
- X. aprovar, anualmente, diárias de custeio e/ou representação, dos membros da Diretoria Executiva, quando a serviço da REDE CATAVALE, fora de seu domicílio de residência.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 31** - Ao Presidente da Diretoria Executiva da REDE CATAVALE compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) representar a REDE CATAVALE;
- b) buscar parcerias para fortalecimento da Rede CATAVALE;
- c) administrar o patrimônio, zelando no sentido de sua manutenção, utilização e conservação;
- d) supervisionar as atividades da REDE CATAVALE;
- e) apresentar o valor destinado a cobrir as despesas da REDE CATAVALE;
- f) assinar juntamente com o secretário cheques bancários, contratos, convênios e demais documentos de interesse da sociedade;
- g) convocar e presidir Assembleias gerais;
- h) elaborar o plano anual de atividade da REDE CATAVALE;
- i) representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- j) programar as operações e serviços estabelecendo qualidade e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;
- k) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;
- l) avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- m) controlar os resultados das operações e serviços, bem como as oportunidades de mercado;

- n) adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis da Sociedade com expressa autorização da Assembleia Geral;
- o) contratar, quando se fizer necessário, serviço de auditoria independente;
- p) realizar vendas juntamente com o secretário;
- q) encaminhar à Assembleia Geral a prestação de contas e os balanços, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
- r) dirigir a REDE CATAVALE, cumprindo e fazendo cumprir este Estatuto e as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

**Art. 32** – Compete ao Secretário:

- a) representar o Presidente em eventos e/ou reuniões, devido a impossibilidade de comparecimento;
- b) secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;
- c) assessorar os demais órgãos da REDE CATAVALE;
- d) manter em boa ordem e guarda, na sede da REDE CATAVALE, o controle e a atualização constante de livros, fichários, arquivos e demais documentos e registros da REDE CATAVALE;
- e) participar, com direito a voz, voto e apresentação de proposta, nas reuniões da Diretoria Executiva;
- f) elaborar e assinar, juntamente com o Presidente, as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- g) manter em dia o controle de presença das reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- h) exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente.
- i) assinar juntamente com o presidente cheques bancários, contratos, convênios e demais documentos de interesse da sociedade;
- j) Organizar documentos, receber os representantes de novas filiadas e apresentá-los a REDE CATAVALE;
- k) acerto de contas e agendamento de horários e serviços de banco;
- l) elaborar os controles internos;
- m) organizar documentos contábeis;
- n) manter atualizado os dados das filiadas, de clientes, fornecedores e parceiros;
- o) zelar pela documentação da cooperativa;
- p) fazer o controle de contas a pagar e receber;
- q) colocar em circulação o edital de convocação e avisos;
- r) realizar vendas juntamente com o presidente.

**Art. 33** - Compete ao Vice Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas funções em caso de afastamento temporário ou definitivo;

**Art. 34** - Compete ao Secretário Suplente:

- a) Substituir o Secretário em suas funções em caso de afastamento temporário ou definitivo;

**Art. 35** - Os componentes da Administração e do Conselho Fiscal, assim como liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

## **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 36** - O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento da Assembleia Geral para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

§ 1º – O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 01 (um) ano, devendo ser renovado 2/3 em cada fim de mandato.

§ 2º - Preferencialmente, a chapa do Conselho Fiscal não deverá ser composta por membros de uma mesma filiada.

§ 3º – Os membros do Conselho Fiscal deverão ser eleitos em Assembleia Geral, não sendo permitido parentesco até 2º grau em linha reta ou colateral entre os membros do Conselho Fiscal, nem entre estes e os integrantes da Diretoria Executiva.

§ 4º – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, nos meses de janeiro e julho, e extraordinariamente quando convocado por seu presidente, com presença mínima de três de seus componentes.

§ 4º – Os membros eleitos para o Conselho Fiscal serão empossados no dia de sua indicação e, escolherão entre si o seu Presidente e secretário.

**Art. 37** - É de competência do Conselho Fiscal:

- I – examinar e emitir parecer sobre o balanço anual, demonstrações financeiras e prestações de contas, a ser apresentado a Assembleias Geral;
- II – emitir parecer, quando solicitado, sobre alienação ou oneração de bens imóveis;
- III – examinar o movimento econômico-financeiro da REDE CATAVALE, realizando reuniões mensais para conferir e rubricar os balancetes, que lhe serão obrigatoriamente apresentados;
- IV – solicitar os esclarecimentos necessários para o melhor desempenho de sua tarefa, fazendo as recomendações que achar necessárias à Diretoria e levar ao conhecimento da Assembleia Geral as irregularidades encontradas.

**Art. 38** – Os cargos de Presidente e Secretário poderão ser remunerados pela função, cujo valor deverá ser definido em Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O Conselho de Administração, o vice presidente, o Secretário Suplente e o Conselho Fiscal poderão receber cédulas de presença pela participação em



reuniões, cujo número e valor deverão ser definidos em Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS ELEIÇÕES**

**Art. 39** - As eleições para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas, preferencialmente, na ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º – Estarão aptas a votar todas as filiadas, em dia com as obrigações sociais.

**Art. 40** – O Conselho de Administração aprovará, até 90 (noventa) dias antes da data marcada para as eleições, a Comissão Eleitoral, composta de até 05 (cinco) membros, representantes da filiadas, preferencialmente um membro de cada filiada.

**Art. 41** - O grupo eleito para compor a Comissão Eleitoral assumirá imediatamente suas funções, devendo, para tanto, escolher entre eles, seu Presidente, Secretário e Relator com o que estará deflagrado o processo eleitoral.

Parágrafo único – Nenhum Membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a qualquer cargo nas eleições.

**Art. 42** – As chapas que irão concorrer a cargos eletivos deverão ser apresentadas a Comissão Eleitoral, no mínimo 30 (trinta) dias antes da eleição.

**Art. 43** - Os candidatos aos cargos eletivos deverão apresentar à Comissão Eleitoral da REDE CATAVALE chapas completas, juntamente com a documentação dos candidatos, no ato da inscrição da chapa.

Parágrafo único – Não será admitida a inclusão de um membro em mais de uma chapa.

**Art. 44** - Compete à Comissão Eleitoral da REDE CATAVALE aceitar ou não o registro das chapas que concorrerão às eleições, observando as disposições contidas neste Estatuto.

**Art. 45** - São requisitos mínimos dos candidatos a cargos eletivos da REDE CATAVALE:

- I. ser representante de filiada;
- II. não estar exercendo mandato de cargo público eletivo;
- III. apresentar certidões negativas de débito, no caso de candidatos a Diretoria Executiva.

**Art. 46** - Compete a Comissão Eleitoral, observando o que estabelece o estatuto da REDE CATAVALE:

- I. editar as instruções eleitorais;
- II. fixar formas, prazos e procedimentos para os atos relacionados às eleições;

- III. coordenar a votação e proceder à apuração dos votos ao final da mesma;
- IV. cuidar da ordem, da disciplina, da transparência e da isenção, necessárias ao bom andamento do processo eleitoral;
- V. resolver os casos omissos nas respectivas instruções eleitorais;
- VI. registrar em ata os procedimentos do dia das eleições, seu resultado, registro de presença e encaminhar ao Conselho de Administração.

**Art. 47** - Em qualquer fase do processo eleitoral serão admitidas reclamações para a Comissão Eleitoral, com possibilidade de recurso ao Conselho de Administração.

§ 1º – O Conselho de Administração deverá apurar e esclarecer as reclamações, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento de ofício dos reclamantes.

§ 2º – O recurso para Assembleia Geral só será admitido em caso de divergências nos julgamentos da Comissão Eleitoral.

**Art. 48** – No caso de concorrer apenas uma chapa a cada órgão da REDE CATAVALE, a votação consistirá em votos por aclamação.

Parágrafo único – Não havendo, no caso do artigo anterior, aprovação da chapa apresentada, serão convocadas novas eleições nos termos do presente estatuto.

**Art. 49** - A posse dos eleitos para os respectivos cargos dar-se-á, imediatamente, após o encerramento do pleito.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO**

**Art. 50** - É facultado as cooperativas singulares filiadas solicitar demissão da REDE CATAVALE por carta encaminhada ao Conselho de Administração, anexando cópia da ata de sua Assembleia Geral que deliberou sobre o assunto.

Parágrafo Único – Após a confirmação do Conselho de Administração, a demissão será averbada no Livro de Matrícula mediante termo assinado pelo Presidente da REDE CATAVALE e pelo Presidente da demissionária.

**Art. 51** – As filiadas poderão ser eliminadas da Sociedade, por decisão do Conselho de Administração, quando:

- I. descumprir a legislação, as normas do Estatuto Social e Regimento Interno, quando houver;
- II. deixar de enviar material para atender os contratos estabelecidos pela REDE CATAVALE;
- III. não operacionalizar com a REDE CATAVALE por 03 (três) meses ao ano;
- IV. fazer uso indevido e/ou falta de conservação de equipamentos que sejam disponibilizados pela REDE CATAVALE;

- V. Causar, por omissão, culpa ou dolo, prejuízo a REDE CATAVALE ou às cooperativas singulares filiadas;
- VI. Divulgar informações sigilosas da REDE CATAVALE, ou utilizá-las para benefício particular da filiada;
- VII. Praticar atos que possam trazer prejuízos à imagem da REDE CATAVALE ou das cooperativas singulares filiadas;
- VIII. Adulterar produto remetido a REDE CATAVALE, fraudar documento ou prestar falsas informações;
- IX. Não cumprir o estabelecido nas normas técnicas, em lei, no Estatuto Social ou decisões tomadas pelos órgãos de administração da REDE CATAVALE;
- X. Deixar de remeter produtos a REDE CATAVALE, objeto de compromissos assumidos, salvo autorização prévia e expressa da Diretoria Executiva;
- XI. Praticar qualquer ato que conflite com os interesses da REDE CATAVALE.

**Art. 52** – O termo de eliminação deverá ser firmado pelo Presidente da REDE CATAVALE no Livro de Matrícula, descrevendo os motivos que a determinaram.

§ 1º – A REDE CATAVALE deverá enviar carta, que assegure a comprovação do recebimento pela filiada, comunicando-a de sua eliminação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da decisão.

§ 2º – A filiada eliminada poderá interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação de sua eliminação.

§ 2º – Havendo recurso, o Conselho de Administração tem o prazo de 30 (trinta) dias para a convocação da Assembleia Geral, a partir do recebimento do recurso, e, até deliberação da mesma a recorrente entrará em efeito suspensivo.

**Art. 53** - A exclusão das filiadas dar-se-á, automaticamente, nos seguintes casos:

- I. sua dissolução; ou,
- II. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na REDE CATAVALE.

**Art. 54** - A partir da data da efetivação do desligamento da filiada, cessam suas relações societárias e comerciais com a REDE CATAVALE.

Parágrafo Único – A responsabilidade da filiada demitida, eliminada ou excluída, perante a REDE CATAVALE ou terceiros, perdurará até quando aprovadas as contas do exercício social em que se deu o desligamento.

## **CAPÍTULO X**

### **DO REGIMENTO INTERNO**

**Art. 55** - Com o intuito de melhor aplicar as disposições do presente Estatuto, a Diretoria Executiva poderá propor à Assembleia Geral a aprovação de um Regimento interno e,

quando necessário, regulamentos específicos, que serão complementos das normas estatutárias.

## **CAPÍTULO XI**

### **DO PATRIMÔNIO E RENDAS**

**Art. 56** - O Patrimônio da REDE CATAVALE será constituído de:

- I – contribuição das filiadas;
- II – bens, rendas ou direitos adquiridos no exercício de suas atividades ou por meio de convênios, contribuições, doações, legados, subvenções, rendas patrimoniais e outras.

**Art. 57** - A REDE CATAVALE poderá disponibilizar bens móveis e imóveis as suas filiadas, a título de concessão de uso.

§ 1º - A conservação e manutenção dos bens cedidos serão de responsabilidade das filiadas.

§ 2º - Os danos causados por uso indevido ou por negligência do responsável deverão ser assumidos pela filiada.

§ 3º - Os impostos, taxas, multas ou qualquer outra cobrança em relação ao bem cedido será de responsabilidade da filiada.

§ 4º - O descumprimento de suas obrigações e omissão de suas responsabilidades para com bem cedido, acarretará na sua devolução a REDE CATAVALE, atendendo determinações especificadas em contrato.

**Art. 58** - Os bens, rendas e direitos da REDE CATAVALE somente poderão ser utilizados na consecução de seus objetivos e somente será permitida, através da Diretoria Executiva, a alienação, vinculação, ou constituição de ônus, arrendamento, locações e cessão de imóveis da sociedade, quando aprovado em Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO XII**

### **DOS LIVROS**

**Art. 59** - A REDE CATAVALE manterá os seguintes livros:

- I. atas da Diretoria;
- II. atas das Assembleias Gerais, reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III. presença às reuniões e Assembleias;
- IV. contábeis e fiscais obrigatórios pela legislação vigente.

§ 1º – O cadastro e a matrícula das filiadas serão registrados em fichas numeradas e visadas pelo presidente da Diretoria Executiva.

§ 2º – Dentro de suas possibilidades, a REDE CATAVALE providenciará sistema informatizado de registro de suas atividades, para melhor segurança e agilidade das operações.

## **CAPÍTULO XIII**

### **DOS FUNDOS**

**Art. 60** - Ficam estabelecidos os seguintes Fundos estatutários:

- I. Fundo de Reserva, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das sobras líquidas;
- II. Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), correspondente a 5% (cinco por cento) das sobras líquidas;

§ 2º – Além dos fundos previstos neste artigo, o Conselho de Administração poderá criar outros, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação, mas sua existência condicionar-se-á à aprovação pela Assembleia Geral.

**Art. 61** – A filiada demitida, eliminada ou excluída não tem quaisquer direitos sobre os valores dos fundos previstos neste Estatuto.

## **CAPÍTULO XIV**

### **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Art. 62** – Além dos motivos de direito, a REDE CATAVALE poderá ser dissolvida, voluntariamente, quando assim o deliberar a Assembleia Geral, desde que as filiadas não se disponham a assegurar a sua continuidade.

## **CAPÍTULO XV**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 63** - Este Estatuto poderá ser alterado ou reformado, no todo ou em parte.

Parágrafo Único – A proposta de alteração deverá ser apresentada à Assembleia Geral Extraordinária.

**Art. 64** – A REDE CATAVALE não distribuirá lucros ou dividendos de qualquer espécie a seus sócios.

**Art. 65** - Qualquer o membro do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal desejar candidatar-se a cargo público eletivo, este deverá licenciar-se previamente, com antecedência de 90 (noventa) dias da eleição, com poderes de reassumir imediatamente após as eleições, caso não seja eleito.

**Art. 66** - O exercício social terá início no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, quando será levantado um balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras referentes ao exercício.

**Art. 67** - A REDE CATAVALE pode ser dissolvida na forma de legislação vigente, ou por aprovação de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) da totalidade das filiadas, em dia com suas obrigações estatutárias e financeiras, especialmente convocadas em Assembleia Geral para deliberar a este respeito.

**Art. 68** - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral de fundação.

São José dos Campos, 04 de novembro de 2011